ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Director António Dias Lourenço

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Ano 53 – Série VII – N.º 531
1 de Março de 1984

Preço: 20$00

SEMANÁRIO

Propriedade do Partido Comunista Português · Dir./Red. – Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX · Tel. 76 97 25 – Telex 18390 · Composição e impressão – Heska Portuguesa · Distribuição – *CDL*, R. Santos Dumont, 57-2.º – 1000 Lisboa

Milhares de trabalhadores desempregados concentraram-se em Évora no final das marchas de protesto contra a política do Governo Soares Mota Pinto

TRABALHADORES ALENTEJANOS EM LUTA CONTRA O DESEMPREGO

Pág. 6

A ofensiva contra o sector nacionalizado • A rádio americana • Luta ideológica e «qualidade de vida» • A «democracia» portas adentro do PPD • A morte de Cholokhov

PS/PSD FALHAM NOVA MANOBRA

APU GANHA MAIORIA ABSOLUTA NO REDONDO

Pág. 6

NOTAS DA COMISSÃO POLÍTICA DO CC DO PCP

É URGENTE A MUDANÇA

A Comissão Política conclui que a situação atingiu tal gravidade que se impõem iniciativas e medidas imediatas para uma mudança.

Urge pôr fim a esta política. Urge impedir a destruição das conquistas democráticas. Urge impedir o desastre. Urge salvar a democracia e salvar Portugal. Urge tomar medidas que preparem uma alternativa o mais brevemente possível.

O que é decisivo na hora presente é a decisão, a determinação e as iniciativas e medidas capazes de criar rapidamente condições para uma solução institucional da crise política que a queda do Governo PS/PSD abrirá.

No momento crucial que se atravessa, uma vez mais a luta de massas é chamada a desempenhar papel determinante na defesa do Portugal de Abril.

Apelo à participação na Jornada Nacional em Defesa do Sector Empresarial do Estado • Fazer das comemorações do 10.º aniversário do 25 de Abril um incentivo à unidade e à acção das forças democráticas e patrióticas • Começar desde já a preparar o 1.º de Maio • Jornada de esclarecimento do PCP marcada para os dias 23, 24 e 25 de Março • Reunião plenária do CC do PCP convocada para 13 de Março.

A OFENSIVA DO GOVERNO CONTRA O SECTOR NACIONALIZADO

Pág. 3

SEMANA

22
Quarta-feira

Aristides Pereira

A CGTP-IN acusa o ministro da Indústria, Veiga Simão, de manipular os números «para tentar justificar as medidas de destruição do sector público», cujas dificuldades são da «responsabilidade exclusiva do próprio Governo»; no comunicado recorda-se que o Estado deve àquelas empresas 200 milhões de contos ■ Chega a Lisboa, em visita particular, o Presidente de Cabo Verde, Aristides Pereira ■ Rui Oliveira e Costa, do PSD, denuncia o facto de Mário Soares subscrever a moção de Mota Pinto ao próximo congresso daquele partido ■ Amin Gemayel confirma a sua decisão de revogar unilateralmente o acordo israelo-libanês, enquanto a Arábia Saudita e a Síria apresentam novas propostas de paz para o Líbano ■ Os agricultores franceses, em luta contra o alargamento da CEE, pedem a realização de um referendo sobre a questão ■ A Jordânia decide cortar relações diplomáticas com a Líbia.

23
Quinta-feira

O presidente do Governo Regional da Madeira, João Jardim, afirma que «o interesse principal na ampliação da pista do aeroporto de Porto Santo é da NATO»: entretanto nos EUA, Shultz salienta que Portugal é «um escudo tanto para o Mediterrâneo como para o flanco sul da Europa, bem como uma ponte para o Médio Oriente e Sudoeste Asiático» ■ A Associação dos municípios de Setúbal anuncia para Março a realização de um encontro sobre o tema «Transportes e Poder Local» ■ O embaixador de Moçambique em Lisboa dá a conhecer a situação de calamidade provocada pelas cheias no seu país e apela para o auxílio urgente para o relançamento das sementeiras de Março ■ A aviação israelita volta a bombardear os arredores de Beirute ■ O ministro soviético da Defesa, Dimitri Ustinov, acusa a administração Reagan de «não desejar dar nenhum passo concreto em matéria de desarmamento».

24
Sexta-feira

Marcha do desemprego

Os trabalhadores agrícolas desempregados iniciam em Montemor-o-Novo uma marcha contra o desemprego que terminará com uma concentração em Évora ■ A Associação dos Inquilinos Lisbonenses manifesta a sua frontal oposição ao projecto de aumento de rendas de casa, que a ser posto em prática provocaria uma «verdadeira catástrofe nacional» ■ É publicado no Diário da República o decreto-lei que condena a pena de prisão até dois anos e multa de 50 a 100 dias quem injuriar membros dos órgãos de soberania; recorda-se que a iniciativa foi tomada por Mário Soares, que não gosta de ser apupado ■ Começam em Lisboa os trabalhos preparatórios da Conferência Internacional de Solidariedade com a Nicarágua ■ Um representante do Grupo Contadora afirma no México que o fornecimento de armas à América Central é contrário à política defendida pelo Grupo ■ Um porta-voz social-democrata da RFA afirmou que «1984 é um ano perdido para a Europa em matéria de desarmamento».

25
Sábado

Termina em Évora, com uma concentração na Praça do Giraldo, a Marcha Contra o Desemprego que mobilizou milhares de trabalhadores agrícolas desempregados ■ O Secretariado da Juventude Socialista responde a um convite da Juventude Comunista para uma reunião conjunta afirmando-se apenas disponível para o «diálogo e adopção de posições» no âmbito do Conselho Nacional da Juventude ■ Um grupo de bispos católicos dos EUA anuncia a formação de um movimento de protesto contra as armas nucleares ■ Um dirigente do Partido Socialista Progressista do Líbano anuncia um acordo de cessar-fogo entre as forças patrióticas e o exército de Gemayel, enquanto os últimos *marines* em Beirute retiram para a VI Esquadra ancorada ao largo da capital libanesa ■ O Irão bombardeia oito cidades do Iraque, em represália ao bombardeamento de cinco cidades iranianas.

26
Domingo

A APU obtém a maioria absoluta nas eleições suplementares para a Assembleia de Freguesia do Redondo ■ Mário Soares volta a ser apupado publicamente, desta vez em Vila da Feira, onde se recusou a receber uma delegação de trabalhadores com salários em atraso ■ É anunciada para Lisboa a realização de uma Conferência Internacional de Solidariedade com a Nicarágua e a América Central de 3 a 6 de Maio próximo; os trabalhos preparatórios juntaram na capital 18 delegações estrangeiras empenhadas na iniciativa ■ Cerca de uma hora depois dos últimos *marines* terem abandonado Beirute, os navios da Sexta Esquadra voltam a bombardear posições dos patriotas libanesas ■ Yasser Arafat encontra-se em Aman com o rei Hussein da Jordânia ■ Os eleitores bascos elegem um novo parlamento autónomo.

27
Segunda-feira

Octávio Pato

A Intersindical divulga um comunicado em que acusa o Governo de «extorquir aos doentes, em 1984, entre 9 a 10 milhões de contos a mais do que em 1983» ao pôr em prática o novo regime de comparticipações do Estado no que se refere aos medicamentos»; recorda-se que o novo regime foi apresentado como um «benefício» para a população ■ Segundo a Anop, o Governo PS/PSD prepara-se para aprovar um «pacote» autárquico altamente lesivo do carácter pluralista e democrático dos órgãos de Poder Local ■ Octávio Pato afirma ao «DN» que o PCP não apoiará um candidato presidencial que outros tenham designado sem consulta prévia ao partido ■ A Mauritânia reconhece a República Árabe Saraui Democrática ■ O Iraque decide impor um bloqueio ao terminal petrolífero iraniano da ilha de Kharg, ao mesmo tempo que o Irão volta a ameaçar com o bloqueio do estreito de Ormuz ■ O acordo de cessar-fogo no Líbano volta a ser quebrado, reacendendo-se os combates nos arredores de Beirute.

28
Terça-feira

Vinte e dois dirigentes sindicais vidreiros são presos e três enviados a Tribunal de Polícia quando faziam uma vigília junto à residência oficial de Mário Soares, com quem pretendiam ter uma entrevista ■ A Comissão Política do CC do PCP apresenta uma análise da situação económica e social, considerando que esta «atingiu tal gravidade que se impõem iniciativas imediatas para uma mudança» ■ O PR dissolve a A. Legislativa de Macau ■ Os agricultores do Peru anunciam uma greve geral de três dias em defesa da Reforma Agrária, posta em perigo pelas imposições do FMI ■ O governo de Moçambique aprova uma proposta de acordo de não agressão a apresentar à África do Sul ■ A Argentina propõe a realização de uma conferência sobre desarmamento nuclear dos países não-alinhados ■ O dirigente do PS japonês afirma desejar converter o Japão numa nação não alinhada e neutral.

Editorial

O APELO DO MOMENTO

A rápida deterioração da situação actual sob o aguilhão da brutal ofensiva do Governo Soares/Mota Pinto e das forças sociais que representa no Poder, contra as grandes transformações económicas, sociais e políticas operadas pelo 25 de Abril, coloca a todos os portugueses democratas e patriotas exigentes tarefas e pesadas responsabilidades na superação da crise.

O 25 de Abril completa dentro de poucas semanas os seus primeiros dez anos de vida. Foram dez anos ricos de acontecimentos, de lições, de luta, em que as instituições democráticas e as conquistas operadas pela Revolução, submetidas a uma longa e feroz ofensiva das forças reaccionárias, deram as suas provas.

O heróico Movimento dos Capitães deu expressão a um apelo de libertação e de mudança que subia do mais fundo da nossa Pátria, amassado por décadas de sofrimento, de sacrifícios, de lutas do povo português, particularmente da classe operária. Por isso a Revolução do 25 de Abril pôde vencer, abrir uma nova época na vida nacional, rasgar novos horizontes de um futuro promissor para Portugal.

O apelo do momento não é tanto uma proclamação ou um acto político de tal ou tal força politico-partidária responsável e representativa da democracia portuguesa — no caso vertente do Partido Comunista Português. É sobretudo a resultante de uma exigência objectiva de tudo o que está realmente ameaçado pela ofensiva destruidora da clique governante, da gravidade da situação criada, dos interesses solidários afectados. É um apelo à unidade, à convergência, à luta comum.

Na sociedade portuguesa defrontam-se actualmente dois grandes grupos de interesses sociais antagónicos. A clique governante chefiada por Mário Soares representa os interesses dominantes das forças desalojadas pelo 25 de Abril, faz a política destas forças em todos os domínios da vida nacional, acelera a restauração — mesmo recorrendo a métodos que ferem a legalidade democrática — do poder económico e político dos monopólios associados ao imperialismo e dos latifundiários.

Estes interesses, ao serviço dos quais militam Soares, Mota Pinto & C.ª, colidem frontalmente com os interesses da esmagadora maioria da população portuguesa, não somente dos trabalhadores manuais e intelectuais mas também dos sectores não monopolistas da sociedade portuguesa actual, designadamente dos pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais.

São estas as classes e camadas directamente ameaçadas pela brutal ofensiva da clique Soares/Mota Pinto.

O apelo do momento actual resulta da situação objectiva destas classes e camadas, da natureza solidária dos interesses sociais afectados, da exigente travagem da ofensiva governante e de uma urgente e necessária mudança de política e de Governo.

As duas notas da Comissão Política do CC do PCP que noutro lugar publicamos respondem a esse apelo, são uma expressão política dessa necessidade objectiva.

É uma verdade evidente e incontroversa que o Governo Soares/Mota Pinto tem os dias contados e desse facto se dá conta a coligação governante. Por isso carrega no pedal para andar mais depressa.

O mês que acaba de passar foi uma corrida contra o tempo da ofensiva de uma clique condenada à derrota empenhada na destruição das conquistas de Abril — as nacionalizações, a Reforma Agrária, os direitos basilares dos trabalhadores, a própria liberdade política — e de recrudescimento da desestabilização económica, financeira e social, de reanimação violenta da guerrilha contra as instituições, das acções repressivas.

A «cruzada de espoliação e centralização forçada de capitais nas mãos dos grandes capitalistas», denunciada pelo X Congresso do PCP e reafirmada com dados irrefutáveis nas notas saídas da reunião de 2.ª-feira da Comissão Política do CC, prossegue de maneira acelerada.

De facto, o Governo Soares/Mota Pinto «não respeita quaisquer limites constitucionais ou legais», não respeita mesmo os interesses de vastos sectores do capital privado, apesar da filosofia oficial do «primado da iniciativa privada» várias vezes proclamada pelo Governo e pelas forças sociais e confederações patronais que o apoiam (a CIP, a CAP, a CCP).

As declarações do antigo ministro do governo fascista e actual ministro da Indústria do Governo Soares/Mota Pinto, Veiga Simão, e do ministro Ernâni Lopes — um tecnocrata dos monopólios e das soluções monetaristas favoráveis à ditadura do dólar —, são não somente uma declaração de guerra de extermínio do sector público e nacionalizado (assim como da Reforma Agrária) como das próprias empresas e produtores privados não monopolistas.

Veiga Simão, Ernâni Lopes, com Mário Soares e Mota Pinto a conduzirem a barca antipopular e antinacional da recuperação capitalista, são os principais executores de uma acção de fundo que se exprime no plano social pela guerra aberta aos trabalhadores e no plano político por surtos, iniciativas e planos de repressão violenta e fascizante.

Os Estados Unidos, os grupos multinacionais, os grandes financeiros norte-americanos, tornaram-se a «Meca» dos ministros e outros barões da coligação PS/PSD.

O presidente da Região Autónoma da Madeira ouviu nos Estados Unidos as recomendações dos banqueiros e homens de negócios americanos para que os chefes da coligação tenham juízo, que «não estraguem o que deu tanto trabalho a conseguir».

Veiga Simão, de regresso dos Estados Unidos e depois do encontro com os magnates do Banco Mundial, pronuncia uma autêntica sentença de morte contra o sector público e nacionalizado, negoceia acordos com grupos monopolistas norte-americanos para entrega de recursos nacionais e exploração da mão-de-obra portuguesa — de «baixo custo», como ele diz, e «um importante incentivo ao investimento estrangeiro».

Ernâni Lopes, desenvolve no Instituto de Defesa Nacional a filosofia governante de liquidação das empresas nacionalizadas em cuja destruição, diz ele, «a coligação PS/PSD desempenha um papel histórico», e da defesa do papel «insubstituível» da iniciativa privada.

Mário Soares, que falou com Rockeffeller, faz a cobertura política desta ofensiva destruidora onde quer que fala, mesmo em plena AR, onde sossega Lucas Pires e o CDS sobre a questão de uma nova revisão da Constituição — «inoportuna» neste momento, mas desnecessária para alcançar os objectivos comuns das forças reaccionárias no sentido da destruição das transformações económicas do 25 de Abril, designadamente das nacionalizações e da Reforma Agrária.

Mota Pinto que, como estamos lembrados, nos últimos dias do seu governo, em 1979, pôs em prática um dilúvio de decretos-leis contra as conquistas de Abril, depois da sua recente viagem aos Estados Unidos volta a pregar por toda a parte «o desmantelamento do 11 de Março», a liquidação total da Reforma Agrária, outras medidas claramente fascizantes.

Aos pequenos e médios empresários privados, a todos os sectores sociais não monopolistas em dificuldades, o Governo diz ameaçador, sem avançar quaisquer medidas e meios, sem estender aos náufragos qualquer tábua de salvação: «Viabilizem-se ou afoguem-se!».

Ernâni Lopes é terminante para os pequenos e médios empresários: «Façam o *hara-quiri* e desapareçam!».

Os pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais nada têm a esperar da coligação governante, de Soares, Mota Pinto & C.ª, a não ser o baraço para se enforcarem como agentes sociais. Ernâni Lopes chega mesmo a considerar benfazeja a crise actual para uma brutal operação cirúrgica contra as pequenas e médias empresas que ele considera inviáveis e sem futuro.

A nota da Comissão Política do CC do PCP sobre a situação económica e social põe mais uma vez a nu a guerra autêntica que o Governo move contra os trabalhadores.

As «munições» desta guerra social que saem dos departamentos ministeriais chamam-se desemprego, salários em atraso, baixa do salário real e do poder de compra dos trabalhadores, estrangulamento das garantias sociais, repressão, violência.

Na Assembleia da República, a maioria governante, com o pleno apoio do CDS, bloqueia e recusa todas as iniciativas e propostas do PCP para solucionar o escândalo inconstitucional dos salários em atraso.

Contra os trabalhadores da indústria naval da margem sul do Tejo o Governo atira com a polícia de intervenção, fortemente armada, em aspectos comparáveis aos do antigamente. O Primeiro-Ministro, que frequentemente incentiva a repressão contra os que reclamam pão e trabalho, dá ele próprio ordens de prisão contra trabalhadores da Marinha Grande que diante da sua porta pediam para lhe exporem a grave situação dos operários da CIVE, há 8 meses sem salários.

O homem que dá tais ordens é o secretário-geral do Partido Socialista!...

Na Reforma Agrária o Governo deita mão a novas formas de violência e métodos ilegais para inviabilizar e estrangular financeiramente as UCP's/Cooperativas.

No prosseguimento da sua ofensiva contra o povo trabalhador o Governo Soares/Mota Pinto já anunciou oficiosamente novos aumentos nos transportes, no preço do pão e de vários outros artigos de primeira necessidade. A tais medidas é preciso responder com a luta.

É mais miséria, mais fome, mais exploração, mais violências o que os trabalhadores esperam deste Governo.

As poderosas lutas de massas que por toda a parte se desenvolvem de operários e empregados, de pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais, de reformados e de outros sectores desfavorecidos da população constituem a única e mais firme resposta à ofensiva governamental.

Correr com o Governo Soares/Mota Pinto, substituí-lo por outro, alterar de raiz a sua política antipopular e antinacional torna-se visivelmente uma tarefa urgente.

A clique governante, a propósito da dissolução da Assembleia Legislativa de Macau, retoma com nova agressividade os ataques contra o Presidente da República.

A questão da alternativa democrática tornou-se um problema imperioso.

Como se sabe, com base na situação nacional e na complexidade e natureza social da política do Governo, o PCP, partindo do incontestável deslocamento de forças em desfavor da coligação governante, tem advogado a necessidade objectiva de uma alternativa democrática de política e de governo.

Vários sectores democráticos que ainda não conseguiram reconhecer a base objectiva e real desta necessária alternativa consideram por vezes que se trata de uma proposta sem perspectivas de realização prática do PCP.

O PCP nunca afirmou que, ele próprio, sozinho, poderá ser a alternativa ao Governo actual e aos partidos que o compõem, mas o PCP, como maior partido da oposição e dos trabalhadores, integra-se por direito próprio e por necessidade objectiva no conjunto das forças de uma alternativa democrática.

Uma tal alternativa não depende, pois, exclusivamente, do PCP mas desse conjunto de forças e de iniciativa política orientada para esse objectivo.

Aos trabalhadores, aos portugueses das classes e camadas intermédias da população é a luta cada vez mais firme e organizada, cada vez mais politicamente orientada que fará amadurecer decisivamente as condições para uma tal alternativa.

E uma dessas condições é fortalecer, alargar a organização e a ligação às massas da força mais consequente e combativa por uma alternativa democrática — o PCP.

Trabalhar activamente e com a necessária urgência *para a criação de tais condições, eis a essência fundamental do apelo do momento.*

Conferência de Imprensa com Álvaro Cunhal

As conclusões da última reunião da Comissão Política do Comité Central do PCP foram divulgadas anteontem à tarde no decorrer de uma conferência de Imprensa efectuada no Centro do Partido na Rua Soeiro Pereira Gomes, em Lisboa.

No encontro com os jornalistas estiveram presentes os camaradas **Álvaro Cunhal**, secretário-geral do PCP, **Carlos Costa**, da Comissão Política e do Secretariado, e ainda **Joaquim Pina**, suplente do CC, que abriu a conferência de Imprensa, dando de seguida a palavra ao camarada Álvaro Cunhal para uma breve declaração inicial.

O secretário-geral do PCP deu uma panorâmica dos principais aspectos concluídos pela Comissão Política sobre a situação actual do País, referindo em primeiro lugar a gravidade extrema da situação social e económica, que atinge de forma mais dramática os trabalhadores desempregados (cerca de 500 mil) e os que têm salários em atraso (cerca de 150 mil).

Álvaro Cunhal destacou noutra passagem da sua intervenção que as consequências da política PS/PSD contra os interesses nacionais atingem hoje os sectores da população e que a extrema gravidade em que se encontra o País exige medidas imediatas para a mudança de Governo e de política, momento que se aproxima.

Mais adiante referiu-se à nova fase da ofensiva da coligação governamental contra as nacionalizações, no sentido da sua destruição, e os ataques contra a Reforma Agrária nos campos do Sul.

O Governo pressente uma vida curta e ataca em força as conquistas democráticas alcançadas com o 25 de Abril, diria o secretário-geral do PCP, que acusou o Governo Soares/Mota Pinto de insistir numa autêntica guerra social, numa verdadeira cruzada contra os interesses nacionais.

O actual executivo, adiantou o dirigente do PCP, não tem como objectivo a saída da crise em que o País está mergulhado. Bem pelo contrário, o seu objectivo é intensificar essa crise e entregar aos milionários, aos homens do capital, mais meios para aumentarem as suas fortunas, tal como acontecia no tempo do fascismo.

O Governo, alertou o secretário-geral do PCP, conduz o País para o desastre nacional, ao mesmo tempo que faz sucessivas concessões ao imperialismo no plano político, económico e militar (nomeadamente com a cedência de bases) e prossegue a ofensiva contra a democracia política, insistindo nas acções repressivas contra os direitos dos trabalhadores e contra o Poder Local democrático, contra as condições de vida dos portugueses. «Urge pôr fim a esta política» – salientaria a dado passo.

O camarada Álvaro Cunhal afirmou em seguida que a democracia tem forças suficientes para lutar e concretizar uma política democrática e patriótica, criando uma verdadeira alternativa necessária e urgente à política realizada por este Governo contra os interesses nacionais. A coligação PS/PSD, como diria, vê cada vez mais reduzida a sua base de apoio e aumenta as suas diviões internas. Há condições para uma solução institucional – concluiria mais adiante.

Dirigiu seguidamente um apelo a todos os democratas e patriotas para que intervenham na batalha social em curso.

Depois de referir que a Comissão Política constatou um reforço da resistência e da luta de massas (destacando a propósito a jornada em defesa do sector nacionalizado de 1 de Março), recordou a jornada nacional de esclarecimento a realizar pelo Partido em 23, 24 e 25 de Março e revelou que decorrerá no próximo dia 13 uma reunião plenária do Comité Central do PCP.

O segundo período da conferência de Imprensa foi preenchido por uma diversificado conjunto de perguntas colocadas pelos jornalistas ao secretário-geral do Partido. Em foco estiveram temas relacionados com a situação política, a queda do Governo e as eleições presidenciais, a ofensiva do Governo contra as nacionalizações, a política de austeridade, o actual quadro partidário e o possível aparecimento de novas formações políticas, os serviços de informação e os perigos que representam para o regime democrático e questões da actualidade internacional.

Foram entregues aos jornalistas dois documentos da Comissão Política do CC: um sobre a situação política e outro sobre as nacionalizações e o sector público **(ler na pág. 3).**

Encontro da URAP

Um encontro de âmbito nacional reuniu no domingo, em Lisboa, mais de uma centena de antifascistas aderentes da URAP.

No plano das acções imediatas, a URAP ocupou-se principalmente da sua participação activa nas comemorações da Revolução de 25 de Abril – algo por que lutaram, quantas vezes em risco de vida, a maioria dos presentes. Discutiu, por outro lado, a necessidade de alargar nacionalmente o seu movimento, «unindo os antifascistas do passado e do presente».

Nota do Secretariado do CC do PCP acerca de uma notícia sobre o encontro A. Cunhal/N. Ceausescu

1. «Lumea», semanário romeno de política externa, no seu número de 10/2/84, publicou uma notícia sobre o encontro do camarada Álvaro Cunhal com o camarada Nicolae Ceausescu, durante a recente visita à Roménia da delegação do PCP.

2. A notícia, com uma redacção usada habitualmente apenas em comunicados conjuntos de partidos, dá uma versão do teor das conversações realizadas, sublinhando pontos de vista supostamente comuns em várias matérias.

3. O Secretariado do CC entende necessário esclarecer:

1.º — Contra normas geralmente respeitadas, essa notícia não foi do conhecimento prévio e não teve por isso obviamente a aprovação da delegação do PCP.

2.º — A notícia reproduz em larga medida as ideias essenciais de um projecto de comunicado comum proposto pelo PCR à delegação do PCP e que esta não aceitou.

3.º — Não tendo sido possível acordar no texto de um comunicado comum, ficou assente entre as duas delegações que seria publicada (por cada um dos partidos) uma notícia das conversações apenas com a indicação das matérias tratadas sem referência ao conteúdo político. Pela sua parte, o PCP fez publicar uma notícia respeitando esse acordo (v. «Avante!», 9/2/84).

4.º — Julga-se assim necessário esclarecer que a notícia do «Lumea» relativa às conversações realizadas entre o camarada Á. Cunhal e o camarada N. Ceausescu dá uma versão unilateral e defeituosa dessas conversações.

4. Ao mesmo tempo que faz este esclarecimento sobre a incorrecta notícia publicada na revista «Lumea», o Secretariado do CC sublinha que o PCP continua disposto a desenvolver os laços de amizade e cooperação do PCP com o PCR.

Delegação da DORA esteve na Andaluzia

A convite do Comité Central do Partido Comunista de Espanha, visitou a Andaluzia uma delegação da Direcção de Organização Regional do Alentejo do Partido Comunista Português composta por António Gervásio, membro da Comissão Política, José Rita e Maria Leonor, membros do Comité Central e Fernando Cruz, presidente da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo.

A delegação foi acompanhada por José Maria Coronas, Secretário da Comissão Agrária do PCE, Filipe Alcaraz, secretário-geral do Partido Comunista da Andaluzia, Francisco Duran, secretário da organização do PCA e José Barragan, secretário da economia e agricultura do PCA.

Durante a sua estadia de 3 dias, a delegação visitou as províncias de Sevilla, Cadiz e Cordoba, tendo realizado reuniões e contactos com membros da direcção do Partido em Andaluzia. Realizaram igualmente visitas às localidades de Camas, Guillena, Trebujena e Cordoba, tendo ainda a oportunidade de tomar conhecimento directo com algumas experiências cooperativas como a «Pequena Holanda», cooperativa de emigrantes retornados, cooperativa de vinho em Trebujena e Montilla e «ganaderos» em Guillena.

A delegação do PCP interessou-se em conhecer a realidade da agricultura andaluza, assim como a proposta da Reforma Agrária Integral porque lutam os comunistas andaluzes. Os membros do PCE e PCA receberam igualmente informação sobre a Reforma Agrária em Portugal, especialmente na zona do Alentejo.

Ambas as delegações consideraram como muito positiva a troca de informações e experiências pelo que a mesma se prolongará numa próxima visita de uma delegação andaluza ao Alentejo. Em nome da delegação do PCP, António Gervásio tornou explícito o convite que foi acolhido com satisfação por Filipe Alcaraz, secretário-geral do PCA.

Tanto a delegação do PCP como a do PCE expressaram a sua satisfação pelo encontro realizado e o desejo de que, através de um maior conhecimento recíproco, se desenvolvam as relações entre ambos os partidos e a colaboração dos trabalhadores portugueses e espanhóis para a solução de problemas comuns.

Sevilla, 24 de Fevereiro 1984

Avante!

TABELA DE ASSINATURAS

Continente	900$00
Regiões Autónomas	2050$00
Espanha	2050$00
Europa	4600$00
Países de expressão portuguesa	4750$00
Extra Europa	6850$00

Avante!
Proletários de todos os países UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: *Partido Comunista Português.* Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 – Lisboa CODEX. Tel. 768345

ADMINISTRAÇÃO: *Editorial Avante, SARL.* Av. Santos Dumont, 57-3.º Dt.º - 1000 Lisboa Tel. 769744 769751

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 Lisboa CODEX Tel. 769725 769722.

DISTRIBUIÇÃO: *CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL.* **Serviços Centrais:** Av. Santos Dumont, 57 - 2.º - 1000 Lisboa. Tel. 779828 779825 769751.

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 – 1200 Lisboa. Tel. 372238

Centro Distribuidor de Évora: Alcarcova de Baixo, 13 – 7000 Évora. Tel. 26361.

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 – 8000 Faro. Tel. 24417.

Delegação do Norte
Centro Distribuidor do Porto
R. Miguel Bombarda, 578 – 4000 Porto
Tel. 693908 699615

Centro Distribuidor de Coimbra:
Terreiro da Erva, 6 – 3000 Coimbra
Tel. 28394

ASSINATURAS:
Av. Santos Dumont, 57-4.º Esq.º – 1000 Lisboa Tel. 766402

EXPEDIÇÃO:
R. João de Deus, 24 Venda Nova 2700 Amadora Tel. 900044

PUBLICIDADE CENTRAL:
Alameda St.º António dos Capuchos 6-B – 1100 Lisboa Tel. 776936 776750
Porto - Rua do Almada, 18-2.º Esq.º – 4000 Porto Tel. 381067

Composto e impreso na Heska Portuguesa R. Elias Garcia, 27 Venda Nova 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205 82

Tiragem média do mês de Janeiro 45900

PCP

Notas da Comissão Política do CC do PCP

A situação económica e social

1. A Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português reuniu-se no dia 27 de Fevereiro a fim de examinar os últimos desenvolvimentos da situação económica, social e política.

2. A Comissão Política concluiu que a situação atingiu tal gravidade que **se impõem iniciativas e medidas imediatas para uma mudança.**

3. **As formas de exploração dos trabalhadores** (150 000 trabalhadores com salários em atraso, despedimentos, *lay-off*, mais de 500 000 desempregados, congelamento da contratação colectiva ao mesmo tempo que se provoca a subida geral e vertical dos preços e se anunciam para breve novos aumentos dos preços do pão, dos transportes, das rendas de casa, etc.) **não só são completamente ilegais, como são insustentáveis.**

4. A política de restauração monopolista não atinge porém apenas os trabalhadores. Ela sacrifica aos interesses ilegítimos e egoístas de um número reduzido de grandes capitalistas a maioria esmagadora da população. Os pequenos e médios agricultores, os pequenos e médios comerciantes e industriais, os intelectuais, as mulheres, os jovens, as camadas mais desfavorecidas sofrem também duramente a política do Governo PS/PSD.

5. **O Governo PS/PSD** (com o apoio do CDS e de todas as forças reaccionárias) **faz entrar numa nova fase a ofensiva contra as nacionalizações com novas medidas abertamente inconstitucionais** (a abertura da banca ao capital privado, a venda em massa das participações do Estado, o plano de entrega de participações ou da gestão de empresas nacionalizadas ao capital privado, etc.) **procurando dar às nacionalizações um golpe de morte com vistas à rápida reconstituição e restauração dos monopólios.**

Nesta mesma data, a Comissão Política do Comité Central publica um documento tratando mais pormenorizadamente esta matéria.

6. **A intensificação e as novas formas da ofensiva contra a Reforma Agrária** (leilões e penhoras de terras e bens, ao mesmo tempo que o Governo recusa pagar às UCP's/Cooperativas mais de 17 milhões de contos que lhes deve) acusam o **propósito de apressar o processo de restauração dos latifúndios.**

7. Pressentindo que tem a vida curta, o Governo PS/PSD revela claramente ter como plano a rápida e brutal liquidação das conquistas democráticas e a entrega de toda a economia nacional, de todos os recursos e potencialidades nacionais e do produto do trabalho dos portugueses a um grupo restrito de multimilionários, tal como sucedia no tempo do fascismo.

8. Na sua acção contra-revolucionária, **o Governo PS/PSD não respeita quaisquer limites constitucionais ou legais.** Não há praticamente diferença entre as posições do CDS que reclama para já a revisão da parte económica da Constituição e a de Mário Soares que afirma que não é preciso nova revisão para destruir as nacionalizações e a Reforma Agrária. **O Governo PS/PSD apresenta-se sem máscara como um instrumento de reconstituição e restauração dos monopólios dos grandes capitalistas** (os Mellos, os Bulhosa, os Quinas, etc.) — **assim como da reconstituição dos latifúndios** — que, associados ao imperialismo, constituíam a força económica, financeira e social que, durante dezenas de anos, através de uma ditadura fascista, exploraram, dominaram e oprimiram o povo português.

9. **O Governo PS/PSD não tem hoje como objectivo a saída da crise.** Pelo contrário: **aprofunda conscientemente a crise para viabilizar a restauração monopolista.**

Como o X Congresso do PCP esclareceu, trata-se de uma verdadeira cruzada de espoliação e centralização forçada de capitais e recursos nas mãos dos grandes capitalistas. A política governamental ao serviço da restauração monopolista, latifundista e imperialista transformou-se **numa guerra económica e social contra os trabalhadores, contra o povo laborioso, contra a economia portuguesa.**

10. As consequências para o povo e o país são tão desastrosas que, **a não ser posto rapidamente cobro a esta política, será consumado o verdadeiro desastre nacional** para o qual há muito o PCP alerta o povo português.

11. **Como consequência directa da política de recuperação capitalista a crise aprofunda-se mais e mais. O desemprego, a fome e a miséria instalam-se nos lares de centenas de milhares de famílias. A indústria** em recessão caminha para uma profunda desagregação para sair da qual acabarão por ser necessários muitos anos. **A agricultura** afunda-se na crise. **O comércio** arruina-se. **Sectores fundamentais das actividades económicas** (siderurgia, metalurgia, pesca, marinha mercante, etc.) são sacrificados aos interesses de restauração monopolista e do imperialismo. Liberalizam-se as importações. Aumentam as taxas de juro. **As falências** são apresentadas como medidas de política económica. Ao mesmo tempo que se afunda a produção nacional, cresce a **dívida externa**, estrangulando a economia portuguesa em amortizações e juros de tal forma elevados que, a continuar o ritmo, *o Governo continuará a vender e delapidar o ouro das reservas arrastando Portugal para a bancarrota.*

12. Em troca e como preço do apoio externo à sua política de restauração monopolista, **o Governo PS/PSD faz ao imperialismo concessões no plano económico, político e militar altamente gravosas para a independência, soberania e segurança nacionais,** submete a política externa à política externa do governo Reagan, compromete-se com a instalação de novas bases militares dos Estados Unidos e da NATO no território nacional e torna-se na cena internacional (designadamente na África Austral, na América Central e no Próximo Oriente) um instrumento das intrigas e provocações do imperialismo norte-americano.

Os termos das negociações com o FMI e da pretendida integração de Portugal no Mercado Comum são testemunho de uma verdadeira política de capitulação nacional.

13. **A ofensiva do Governo PS/PSD contra a democracia política adquire novos aspectos com a intensificação da ofensiva no plano económico e social.**

Os métodos administrativos e repressivos são utilizados com maior frequência. Desrespeitam-se os direitos sindicais dos trabalhadores. Prepara-se a criação de polícias de informação política. Desenvolve-se a ofensiva contra o poder local democrático. Monopoliza-se e manipula-se a Comunicação Social à maneira fascista. Preparam-se novos pacotes contra os direitos e liberdades dos cidadãos. E, como exemplo esclarecedor, o Primeiro-Ministro, que se sentiu injuriado por manifestações de protesto dos trabalhadores, vai ao ponto de fazer publicar uma lei para condenar a dois anos de prisão quem «injurie» a autoridade — sobretudo, na via pública...

14. **Urge pôr fim a esta política. Urge impedir a destruição das conquistas democráticas. Urge impedir o desastre. Urge salvar a democracia e salvar Portugal. Urge tomar medidas que preparem uma alternativa o mais brevemente possível.**

15. A Comissão Política do Comité Central do PCP insiste em que **a democracia portuguesa tem forças bastantes para derrotar o Governo e a política actual e para assegurar um Governo e uma política alternativa, — uma política democrática e patriótica.**

A luta dos trabalhadores conhece novo ascenso. Arranca um novo surto de lutas camponesas. Alarga-se a frente social de oposição à política de desastre nacional. Reduz-se a base de apoio do Governo PS/PSD. Multiplicam-se os conflitos internos na coligação. Dentro dos próprios partidos do Governo (nomeadamente no PS) são numerosos aqueles que se pronunciam contra a actual política.

Os sectores democráticos e patrióticos contrários à política actual e favoráveis a uma mudança são suficientemente amplos e influentes para assegurarem uma alternativa. Mas certas hesitações podem prejudicar esta possibilidade real.

O que é decisivo na hora presente é a decisão, a determinação e as iniciativas e medidas capazes de criar rapidamente condições para uma solução institucional da crise política que a queda do Governo PS/PSD abrirá.

16. **A Comissão Política do Comité Central apela a todos os democratas e patriotas,** qualquer que seja a área partidária em que se tem situado, para que, na esfera da sua acção e na medida das suas possibilidades, intervenham no imediato na grande batalha social e política em curso.

O Governo e as forças reaccionárias procuram avançar rapidamente contra Portugal de Abril. As indefinições, indeterminações e hesitações das forças sociais e sectores políticos a quem caberá assegurar uma alternativa só à reacção podem aproveitar.

O consenso e convergência de acção dessas forças e sectores é essencial não só para conduzir à demissão do Governo, como para viabilizar uma mudança política, a saída da crise e a solução dos grandes problemas nacionais.

17. **A Comissão Política do Comité Central do PCP apela** aos trabalhadores, às mulheres, à juventude, aos intelectuais, aos pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais, aos reformados, aos deficientes, a todos os portugueses e portuguesas que sofrem duramente as consequências da política do Governo PS/PSD, para **intensificarem a resistência e a luta em defesa dos seus interesses vitais.**

No momento crucial que se atravessa, uma vez mais, a luta de massas é chamada a desempenhar papel determinante na defesa do Portugal de Abril.

18. As lutas em curso mostram a firme disposição de luta dos trabalhadores, dos agricultores e de outros vastíssimos sectores da população. Há que **desenvolver a luta de massas em todas as frentes.**

É tarefa de todos os membros do Partido participar activamente na preparação e realização das grandes iniciativas e lutas previstas, designadamente, no futuro próximo imediato, na **Jornada Nacional em Defesa do Sector Empresarial do Estado** marcada para o dia 1 de Março.

19. É da maior importância que **as comemorações do 25 de Abril** no ano do X aniversário da revolução **sejam assinaladas por grandes iniciativas de massas que representem condignamente o papel da componente popular no processo revolucionário e de democratização da vida nacional** e constituam um incentivo à unidade e à acção das forças democráticas e patrióticas.

Importa também começar a preparar desde já o **1.º de Maio** como grandiosa jornada dos trabalhadores para que devem confluir os principais caudais da luta de massas.

20. Com vista à consciencialização das mais vastas massas da população acerca da gravidade da situação actual, **o Partido Comunista Português levará a cabo nos dias 23, 24 e 25 de Março uma Grande Jornada de Esclarecimento.**

21. Tendo em conta a gravidade da situação, a Comissão Política do CC resolve convocar **uma reunião plenária do Comité Central para o próximo dia 13 de Março.**

27.2.84

A Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português

A ofensiva do Governo contra o sector nacionalizado

1. Com o objectivo de restauração dos grupos monopolistas, e no seguimento da abertura ao grande capital dos sectores da banca, dos seguros, dos cimentos e dos adubos, o Governo PS/PSD desencadeia agora uma nova e brutal ofensiva contra as empresas nacionalizadas.

A política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista, iniciada em 1976, e a consequente ofensiva contra as nacionalizações (assim como contra a Reforma Agrária e os direitos dos trabalhadores) caracterizada pela sistemática sabotagem às empresas públicas, constitui a principal causa da crise económica e financeira que o país atravessa.

Na medida em que se mostrou que esse processo de recuperação capitalista, em virtude das condições objectivas e da resistência do povo, era muito mais lento do que as forças reaccionárias pretendiam, os governos, particularmente o Governo PS/PSD, passaram a uma verdadeira cruzada de espoliações e de centralização forçada, com gravíssimas consequências na situação económica e financeira das empresas nacionalizadas e em toda a economia nacional; tal como foi caracterizada no X Congresso do PCP.

2. A grave situação criada por esta política às empresas nacionalizadas, serve agora de pano de fundo a uma colossal campanha de propaganda junto da opinião pública, de modo a procurar criar um estado de espírito favorável ao desmantelamento inconstitucional do sector público e, numa segunda fase, à eliminação do preceito constitucional da irreversibilidade das nacionalizações.

Têm-se destacado nesta manobra, além de Mário Soares e Mota Pinto, os ministros Veiga Simão, Ernâni Lopes e Álvaro Barreto, os dirigentes do CDS, da CIP e da CCP, com afirmações subversivas e terroristas umas (Mota Pinto: «estamos no Governo para fazer algumas coisas que a AD devia ter feito e não fez», «descolectivizar uma parte substancial da economia portuguesa»), e outras mais cautelosas nas palavras mas não menos enfeudadas ao grande capital (Mário Soares: «não podemos desmantelar **de um momento para o outro** o sector público, até porque isso traria consequências negativas para a economia do país, designadamente para o sector privado»).

3. É aliás significativo que na interpelação do CDS ao Governo, o antigo ministro de Caetano (responsável pelos gorilas nas universidades), Veiga Simão, tenha considerado que o princípio constitucional da irreversibilidade das nacionalizações não tem «base política e ideológica» e que Mário Soares, pedindo «paciência» ao CDS por entender não ser ainda o momento próprio para a revisão económica da Constituição, a tenha prometido fazer na prática, ao declarar despudoradamente que «ainda se pode fazer muito no actual quadro constitucional».

4. Os Governos de recuperação capitalista, em estreita ligação com o FMI, o Banco Mundial e o capital financeiro internacional há anos que vêm procedendo à sabotagem e atrofiamento do sector nacionalizado, por diversos processos:

a) nomeação de homens de confiança do capital para os conselhos de gestão orientando a sua acção da forma mais conveniente aos interesses do antigo capital monopolista;

b) imposição do recurso ao crédito externo (com condições mais gravosas) para as empresas nacionalizadas como forma de se financiar os défices da balança de transacções correntes;

c) desastrosa desvalorização cambial do escudo endividando-as fortemente em escudos (**dos 1000 milhões de contos de dívida externa das empresas públicas não financeiras, nos fins de 1983, cerca de 50% resultam exclusivamente das sucessivas desvalorizações do escudo**) e engrossando os respectivos encargos financeiros (devido à desvalorização, a taxa de juro efectivamente suportada, quanto à dívida externa, pelas empresas públicas, em 1983, ultrapassou os 53% e só as 18 empresas públicas industriais e de energia **pagaram 139 milhões de contos de juros, quase 2,5 vezes os encargos com os trabalhadores**);

d) não pagamento das dívidas do Estado às empresas nacionalizadas (cerca de 200 milhões de contos);

e) manipulação da política de preços de forma discriminatória para as empresas nacionalizadas em benefício exclusivo do grande capital;

f) não planeamento (pactuação com a anarquia) e irresponsável descoordenação quer nos investimentos e aprovisionamentos, quer no aproveitamento das suas complementaridades (abastecimento de carvão à termoeléctrica de Sines; compra pela CNP ao estrangeiro de nafta em vez de a comprar à Petrogal);

g) congelamento, corte e proibição de investimentos reprodutivos de interesse nacional (Alqueva, metalúrgia do cobre, modernização e ampliação da frota mercante, etc.) e malbaratação de outros;

h) entrega de partes rentáveis ou cedência da sua exploração a entidades privadas;

i) venda ao desbarato de participações do Estado e de bens de empresas nacionalizadas;

j) imposição ou cobertura do Governo à concessão de empréstimos escandalosos (Mello-Deutsch-Morgan, Sociedade Portuguesa de Investimentos) e de benesses financeiras ao grande capital e irresponsabilização na concessão de créditos (o crédito mal parado atingia, em Setembro de 1983, o valor de 253 milhões de contos).

5. Apesar desta política de destruição, o sector público tem sido o mais dinâmico da economia nacional, entregou de lucros ao Estado 57 milhões de contos nos três últimos anos e estão previstos mais 52 milhões em 1984, e tem sido um contribuinte líquido do Orçamento do Estado, desmentindo as caluniosas afirmações de que o sector público vive à custa do Orçamento e dos contribuintes.

6. Uma componente importante da actual campanha de intoxicação da opinião pública consiste na divulgação de números de forma equívoca e parcial por parte do ministro da Indústria, que chegou ao ponto de caracterizar a situação das empresas públicas industriais apenas com a indicação dos passivos! Passivos que a RTP, peça essencial dessa campanha, logo transformou, de forma irresponsável e fraudulenta, em prejuízos.

A verdade é que se o passivo das 18 empresas públicas industriais e de energia é de 1034 milhões de contos, elas têm no entanto um activo líquido de amortizações no valor de 1268 milhões de contos. Isto é, o conjunto dessas empresas apresenta uma **situação líquida positiva** de 234 milhões de contos!

No que respeita aos prejuízos do conjunto de 50 empresas públicas não financeiras que o Ministério das Finanças estima em 60 milhões de contos, convém lembrar que o Estado deve ao mesmo conjunto de empresas 200 milhões de contos. O que significa que se o Estado tivesse pago pontualmente os seus débitos, aquele conjunto de empresas, em vez de prejuízos, teria apresentado lucros!

7. Para além de serem rentáveis, as empresas nacionalizadas continuam a ser, pelos sectores de actividade em que estão inseridas, o núcleo determinante da criação de riqueza e da acumulação necessárias ao desenvolvimento económico do país.

Por isso os defensores dos interesses do grande capital nacional e multinacional e executores da sua política de restauração monopolista, bloqueiam e descapitalizam o sector público da economia, procurando criar as condições que «justifiquem» o seu desmembramento e a sua entrega ao grande capital por valores insignificantes.

Neste âmbito se inserem a viagem de Veiga Simão, em Janeiro, aos EUA e os acordos aí estabelecidos com os meios empresariais desse país, o «estudo» pormenorizado que o Banco Mundial está a realizar sobre as empresas nacionalizadas, o discurso inconstitucional de Ernâni Lopes no IDN (Instituto de Defesa Nacional) defendendo o primado da iniciativa privada e afirmando que «o investimento estrangeiro deverá desempenhar um papel significativo na modernização da economia portuguesa», o encontro de Mário Soares com o banqueiro americano Rockefeller e a conferência que proferiu recentemente na Suíça, que levou o secretário-geral da Confederação Espanhola de Organizações Empresariais (a «CIP» espanhola) a elogiá-lo pela forma como soube «vender as vantagens de Portugal às multinacionais mundiais». Sinais evidentes do grande compromisso, da cedência e ligação existentes entre o Governo PS/PSD e o capital financeiro internacional, cuja continuação porá em sério risco a independência económica e política de Portugal reconduzindo o país à situação anterior ao 25 de Abril.

8. Nessa direcção situa-se também a insistência na operação política — agora reconhecida como tal pelo Governo — da adesão de Portugal à CEE, apresentada como panaceia para o desenvolvimento económico de Portugal. E, em função desse enquadramento o Governo abandona o Plano Siderúrgico Nacional (Ferro de Moncorvo, Pirites do Alentejo), o projecto da beterraba sacarina, mantém paralisado o projecto do Alqueva, ameaça o futuro de empresas (públicas e privadas) viradas para o mercado interno ao mesmo tempo que defende como linhas básicas de uma política industrial a instalação de indústrias poluentes (celulose), o «turismo» e as indústrias de componentes electrónicas exportáveis para outros países, colocando a economia nacional na total dependência das multinacionais.

9. A política do Governo PS/PSD contrária aos interesses do nosso povo e à existência de um sector público independente do capital internacional, conduz Portugal a uma das maiores crises económicas da sua História e leva à destruição de recursos nacionais, ao agravamento das condições de vida dos trabalhadores, à descida dos salários reais, a uma inflação galopante, ao desemprego crescente, à falência de milhares de pequenas e médias empresas comerciais e industriais, aprofunda o endividamento externo e pondo os interesses nacionais a reboque da alta finança internacional.

A política do Governo PS/PSD é uma política antinacional e antipatriótica cujo prosseguimento conduzirá a uma cada vez maior intensificação dos laços de submissão ao imperialismo americano.

É assim dever de todos os democratas e patriotas salvar Portugal do desastre e assegurar as condições necessárias à criação de uma alternativa política que viabilize um Governo Democrático de Salvação Nacional.

27.2.84

A Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português

Assembleia da República

Salários em atraso Recurso do PCP continua em debate

O recurso do PCP sobre a não admissão do seu projecto de lei sobre salários em atraso — mais precisamente sobre «medidas de emergência para pagamento dos salários em atraso, garantia dos direitos dos trabalhadores, salvaguarda do funcionamento e recuperação das respectivas empresas» —, recurso que começou a ser discutido anteontem no plenário da AR, será votado hoje, após a conclusão do debate interrompido ao fim de algumas horas, quando ainda não era possível adivinhar a sua sorte. Admitirá a Assembleia o recurso do PCP ou dará razão ao presidente que não admitiu o projecto fundamentando-se no artigo 170 número 3 da Constituição?

A argumentação dos comunistas, produzida na terça-feira passada foi no sentido de explicar que o presente projecto não é uma duplicação do anterior, também do PCP, sobre pagamento de salários em atraso, e portanto não cai sob a «alçada» do articulado constitucional que não admite, na mesma sessão legislativa, a apresentação de um projecto que já foi rejeitado.

João Amaral, o deputado do PCP que interveio apresentando o recurso começou por lembrar que o projecto de lei em causa fora apresentado no termo da interpelação comunista sobre o tema. **Tratava-se**, disse, **de dar sequência ao debate, confrontando a Assembleia da República com propostas concretas para uma situação inadmissível ao Estado democrático, com tendência para o agravamento, e que ofende o direito ao salário, um direito fundamental dos trabalhadores, que, como tem sido qualificado pela doutrina, é uma verdadeira expressão do direito à vida.**

João Amaral desde logo se referiu ao «aviso» de Almeida Santos, no seguimento do anúncio, feito por Carlos Brito, da apresentação do novo projecto. O ministro afirmara: «Faço votos que (o projecto do PCP) seja suficientemente diferente do outro para que não seja abrangido pela regra de preclusão, da repetição de uma iniciativa dentro da mesma sessão legislativa». Ora, como o deputado comunista sublinhou, **o despacho de não admissão funda-se precisamente na regra invocada** pelo ministro Almeida Santos.

O alcance político

O deputado do PCP sublinhou ainda o alcance político do debate e votação do recurso apresentado — porque é a primeira vez que tal norma é usada contra uma iniciativa da oposição e, em segundo lugar por tal norma ser **invocada numa matéria — os salários em atraso — que se traduz num grave flagelo social, a assumir proporções dramáticas e inaceitáveis e carecendo por isso de medidas urgentes e inadiáveis por parte do Estado, da iniciativa do Governo ou da Assembleia da República.**

João Amaral propôs-se provar — e fê-lo ao longo do debate —, que a norma constitucional invocada não tem aplicação ao caso. Citou exemplos bem mais flagrantes, hipóteses também em que, verificando-se mesmo a identidade de uma iniciativa legislativa a outra já rejeitada – um Orçamento de Estado, por exemplo –, ninguém contestaria se fosse de novo apresentada.

Mais adiante esclareceu que não existe total identidade substancial entre os dois projectos, nomeadamente porque são mais alargados os seus objectivos:

Desses *novos* objectivos, resultam três soluções *novas* que não constavam do Projecto de Lei n.º 14/III:

***a*) um *programa de emergência*, programa que tem implícito a necessidade de *organizar* o combate ao flagelo social dos salários em atraso, bem com a necessidade de *distribuir* os meios, designadamente *financeiros*, de actuação;**

***b*) um processo público de tutela das empresas («declaração de empresas em situação de atraso no pagamento de salários»), com efeitos vários, sobre a empresa, sobre as entidades patronais e sobre os trabalhadores;**

***c*) adopção de medidas de salvaguarda e recuperação das empresas, prevendo-se em caso de reiterada falta de cumprimento da obrigação de pagar o salário, a possibilidade de autogestão ou da intervenção do Estado.**

Seguidamente sublinhou o facto de o novo projecto procurar corresponder a circunstâncias que se alteraram entretanto profundamente:

Em primeiro lugar, o problema agravou-se. Durante o debate do Programa do Governo, o ministro do Trabalho, considerou: «Se há salários em atraso...» O ministro, na altura, admitia nem sequer saber se realmente se verificavam situações deste tipo. Em 3 de Novembro, o ministro confirmava não ter números. Os únicos que apareceram foram os apresentados pelo PCP, que estimavam em cerca de 300 as empresas na situação de salários em atraso, número que, de resto, o ministro achou exagerado. Em 16 de Fevereiro, é já o Governo que fala em perto de 100 mil trabalhadores, enquanto do lado do PS se fala em mais de 100 mil, de mais de 400 empresas, números muito mais próximos dos apurados pela CGTP-IN!

Mas não foram só as circunstâncias objectivas que se alteraram. Alterou-se também a atitude dos grupos sociais em relação a este flagelo social — alteração de atitude que teve óbvias e evidentes repercussões na Assembleia da República, bem visíveis no decurso do debate da interpelação.

Longe vão os tempos em que o sr. ministro Almeida Santos pôde dizer com impunidade que «o Governo não tem nada com os salários em atraso»! O mesmo ministro, que aqui produziu tal afirmação em 25 de Outubro do ano passado, apareceu na Assembleia em 16 de Fevereiro com um rol de promessas, contendo *16 medidas*!

As mesmas bancadas que em 3 de Novembro silenciaram as questões, fizeram exercícios em torno da concorrência e das consequências do modelo liberal da economia, apareceram em 16 de Fevereiro com um discurso virado para as responsabilidades do Estado, para a necessidade de medidas, para a denúncia da dimensão insuportável da situação.

Mas afinal o que o PCP quer é ou não o mesmo que queria antes?, foi no fundamental o pedido de esclarecimento que partiu tanto da bancada do CDS como da ASDI. As atitudes registadas entretanto durante o debate que não se concluiu, mostraram que não era líquida a posição de todos os partidos. Com o PSD silencioso, com a ASDI manifestamente contrária à admissão do recurso, com o CDS formalmente favorável, com o Partido Socialista a dizer «não, mas...»

José Luís Nunes admitiu que seria totalmente disparatado que não fosse possível apresentar quantos projectos se quissesse sobre a **mesma** matéria; para si, o fundamental era que o essencial do projecto rejeitado se não reproduzisse no novo projecto. Embora concedesse ao diploma do PCP a qualidade de possuir «normas inovadoras, interesantes e que deveriam ser consideradas», manteve que o «núcleo» do projecto era o mesmo, atribuindo ao Estado o dever de pagar os salários em atraso. Por isso anunciou que o PS era desfavorável à admissão do recurso. Veremos hoje o resultado do debate. Entretanto, como afirmou João Amaral, **a última coisa que os 150 mil trabalhadores podiam esperar desta Assembleia era que usasse o seu tempo a discutir se pode ou não tomar medidas — *em vez de as tomar*!»**

O ministro megalómano

O período de antes da Ordem do Dia da sessão a que nos temos estado a referir, que começou estranhamente com duas intervenções de partidos da maioria, animou e tornou-se mais político com o discurso de Paulo Areosa, do PCP, criticando vivamente a política seguida pelo ministro Seabra.

Antes, João Lelo, do PS, foi buscar Unamuno para falar dos problemas do Norte, misturando história, filosofia, estradas e densidade populacional. Como ele começou, via-se logo onde ia dar: «O Porto», disse, «é realmente uma cidade bem curiosa»...

Depois tiveram a centena de visitantes e a **meia centena** de deputados, a ocasião de ouvir recitar uma molhada de versos. «Batem leve, levemente», declamou Marília Raimundo, do PSD. Era a propósito de Augusto Gil e começava assim «Quem entrar no cemitério municipal da Guarda»...

A intervenção do deputado comunista foi um alívio. Mesmo se das bancada do PSD houve rilhar de dentes. As críticas ao ministro Seabra são sempre repudiadas pelos seus colegas de partido, com uma veemência e uma falta de argumentos que acrescentam razão a essas mesmas críticas. Incapacidade para o diálogo, falta de cumprimento de promessas, megalomania e consequente falha na realização de projectos e de planos, de tudo um pouco foi acusado Seabra.

«O sr. ministro da Educação brinca com o fogo», acusou o deputado do PCP. «Com a irresponsabilidade que tem marcado a sua passagem pelo Ministério da 5 de Outubro é provável que saia com os dedos algo chamuscados. Isso não nos merece grande preocupação.»

A interpelação «convergente»

Como seria de esperar — e até a imprensa, vendo o caso de variados prismas, mostrou — a interpelação do CDS ao Governo não foi um debate entre uma oposição e o executivo da maioria, mas sim uma conversa em família. Constou mesmo que alguns deputados do CDS não estariam de acordo com esta iniciativa do seu partido, uma vez que «é preciso deixar o Governo governar» e não fazer ondas que metam o barco do bloco «central» ao fundo. Mas a interpelação não fez ondas e o CDS apenas teve a oportunidade de, em conversa amena, mostrar que a sua pressa é maior do que a de Mário Soares e Mota Pinto na destruição das conquistas de Abril, no desmantelamento do sector público, na «revisão» de alto a baixo da Constituição.

A iniciativa do CDS foi, pois, mais um apelo ao Governo e às forças que directamente o apoiam. Apelo à «adaptação do sistema ao país real», no dizer de Adriano Moreira, a intervenção porventura mais significativa do CDS que, enveredando embora por uma farfalhuda lição de atlantismo, não deixou de dar desde logo o tom de acordo fundamental entre toda a família — dos partidos no poder ao partido que «de fora» apoia a acção governativa, discordando do ritmo em que se processa, discordando do facto de não se ir mais longe e já na revisão da Constituição.

Por seu lado, Basílio Horta, começou por pedir desculpas.

«Não veja V. Exa. e o seu Governo nesta interpelação do CDS e no tom porventura mais vigoroso que utilizaremos, qualquer sentido destrutivo ou intenções de obstrução que, em circunstância alguma e sobretudo nos tempos presentes, jamais seriam os nossos propósitos».

Assim de resto o entenderam os ministros. Álvaro Barreto, por exemplo, haveria de exprimir o seu acordo com algumas das exigências de alteração da Constituição e, para se distanciar de algum modo, apelidou os avanços do CDS nesse sentido de «radicais».

Veiga Simão pronunciou-se, como o seu colega, também contra a irreversibilidade das nacionalizações, acusando a disposição constitucional que o consagra de não possuir «base política e ideológica».

Ernâni Lopes, por seu lado, pretendeu descansar os interpelantes garantindo que até Outubro proceder-se-á à «reestruturação» da banca.

Mário Soares — que não interveio durante a interpelação do PCP — foi tentar abrilhantar a conversa em família encerrando, por parte do Governo, o debate com o CDS. Mário Soares é um governante que se repete. Desta vez não houve novidade. Mas, na repetição, às vezes a verdade aparece e a sua intervenção fez-nos recordar aquele caso do guarda-redes que, tendo defendido durante uma temporada uma larga série de grandes penalidades, explicava o seu segredo dizendo que se atirava sempre para o mesmo lado: alguma vez a bola lhe iria parar às mãos. O Primeiro-Ministro atira-se sempre para a direita e repete sempre que as interpelações não tiveram razão de ser. Desta vez acertou.

Mas, apesar de, como interpelação, não ter servido, o que aconteceu na Assembleia mostrou a grande «convergência» de ideias e de interesses entre os três partidos — PS, PSD e CDS O outro discurso — o de oposição — fizeram-nos outros três partidos — o MDP, a UEDS e, sobretudo, o PCP.

Octávio Teixeira sublinhou:

A razão desta orquestração de posições e acções reside na tentativa de restabelecimento daquilo a que alguns vão chamando de «primado do sector privado», outros de «nova liderança da economia», num caso e noutro simples eufemismos para significar a restauração do capital monopolista. Restauração capitalista que pretende impor um impasse no plano institucional e uma situação de ruptura no plano económico, com o desmembramento do sector público da economia como potencial centro de acumulação determinante do desenvolvimento económico.

Como pretensa justificação, os sectores mais conservadores e reaccionários apontam o sector empresarial do Estado como o bode-expiatório dos males da economia, condenando-o e vilipendiando-o, para realçar as virtudes do sector capitalista e do liberalismo económico. Virtudes fantasmas que não conseguem demonstrar pela positiva e na prática, e que são claramente desmentidas pelos resultados a que conduziu a «nova-velha liderança económica» do grande capital durante 50 anos de fascismo.

Atacam as empresas públicas pela sua situação económica e financeira, divulgam números de forma premeditada e objectivamente equívoca, parcial e não fundamentada. Chegam ao ponto de confundirem, ou passivamente deixarem confundir, passivos com prejuízos. Isto é inaceitável.

Mas quem são os principais responsáveis? Não são os governos que tutelam as empresas, que nomeiam os gestores, que autorizam e impedem investimentos? Que responsabilidades e grandes, não tem aqui o CDS? Que autoridade moral assiste a ex-Ministros das Finanças, como Cavaco e Silva, Morais Leitão, João Salgueiro, para se arvorarem em acusadores dos desequilíbrios financeiros das empresas públicas? Foram eles que as obrigaram a recorrer ao crédito externo, como forma de financiarem os défices da balança de transacções correntes. Foram eles que, com a política de desvalorização cambial, lhes aumentaram fortemente o peso da dívida em escudos e originaram o aumento galopante dos respectivos encargos financeiros. Foram esses e outros Ministros, como Álvaro Barreto e Basílio Horta, que fixaram preços de bens e serviços produzidos pelas EP's com base em critérios alheios a qualquer óptica empresarial — sem as correspondentes indemnizações compensatórias — que impediram e retardaram actualizações de preços justificados pelos aumentos dos custos. Foram eles, e outros por eles nomeados, que progressivamente bloquearam o sector público produtivo, descapitalizando-o, endividando-o e utilizando-o como instrumento de políticas económicas conjunturalistas, que sempre procuraram impedir que o SEE desempenhasse o papel de motor da economia, e que sempre o geriram na perspectiva da sua reprivatização a prazo.

Ao encerrar o debate, Mário Soares confirmou que a acção deste Governo mais não faz do que continuar a política da «AD», onde o CDS deteve lugares e importantes posições. E prometeu mais, depois de ter sublinhado que muito já fora feito do que a «AD» não conseguira: «Outras medidas se seguirão», disse o Primeiro-Ministro, «na prossecução de um programa que está a ser cumprido segundo os calendários estabelecidos.»

PCP

Encontro da DORL

INFORMAR E ESCLARECER BATALHA DE TODOS OS DIAS

Mais de cento e setenta camaradas do distrito de Lisboa (e alguns que de Santarém vieram dar uma «espreitadela»...) reuniram-se durante todo o dia no passado sábado, no anfiteatro do CT da Alfama para um debate inédito, pelo menos neste âmbito. Foi o I Encontro Distrital sobre a frente da Informação e Propaganda, organizado pela DORL através da sua SIP, e nas dezenas de intervenções produzidas (ou entregues na mesa, se escritas — que o tempo não chegou) puderam ouvir-se camaradas de organismos de direcção e seus executivos, de Concelhias e Comités Locais, de sectores profissionais, de células de empresa e evidentemente muitos dos que estão diariamente ligados aos aparelhos de Informação e Propaganda nos sectores respectivos.

Foi assim possível ouvir, transmitindo uma enorme diversidade de experiências, desde o camarada da Cel-Cat, onde **todos os dias** se faz um jornal mural com recortes e manuscritos ali mostrados, até aos camaradas do secretariado da SIP da DORL — repositório de meios, experiência, organização e diversificação impar; da SIP Central, que coordena e apoia o trabalho de Informação e Propaganda em todo o País e que ali sublinhou, na intervenção de Vítor Neto, como imprescindível é (e exemplar, seja a que nível de direcção for) a ligação permanente daquele organismo à Direcção do Partido e nomeadamente aos seus organismos executivos; do camarada Martins Coelho, do CC, que fez uma análise do que tem sido a acção da SIP da DORL: da sua importância, do seu papel, de como tem sido no fundamentalmente cumprido, de como tem que melhorar e do objectivo que jamais pode perder de vista: «conquistar para o nosso lado a consciência das pessoas — e a sua participação na luta», por fim até, ao camarada Octávio Pato, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC, a cuja intervenção final, feita de improviso, ainda voltaremos.

No interesse de todo o Partido vão decerto os camaradas da DORL fazer um balanço pormenorizado — das experiências que o Encontro trouxe, das boas e menos boas ideias que ali foram expressas, das preocupações a que o Partido tem que dar respostas para tornar mais útil e eficaz esta frente de trabalho. Para que a discussão possa prosseguir — e nomeadamente tendo já em conta a necessidade de uma boa coordenação e melhor aproveitamento de todos os meios de informação e propaganda de que o Partido dispõe, designadamente o «Avante!» e o «Militante», referidos no Encontro, sim, e até sublinhada a sua importância, mas não como verdadeiras componentes desta frente.

À falta das conclusões que hão-de fazer-se, socorremo-nos da intervenção do camarada Tui, da SIP DORL.

Sublinhando em 1.º lugar que o resultado tão positivo do Encontro esteve directamente ligado à boa preparação colectiva que para ele foi feita, e em seguida a necessidade expressa de aproveitar melhor os meios que já possuímos, alargar o número de colaboradores e prepará-los para a acção especializada que a actividade da SIP DORL impõe — desde sempre e outras começam a pôr-se com premência: além do trabalho corrente, o som, o *vídeo*, os diaporamas, a serigrafia; a necessidade também reiterada de formar quadros que estejam a trabalhar noutros sectores, para aí, na empresa ou no bairro, imprimir boletins, imprimi-los atempadamente, trabalhar em audiovisuais, saber trabalhar com o som. Fazer cursos? Fazer encontros com outros sectores, noutros concelhos? Vamos fazer!

Isto porque — dizia Tui — «cada camarada é um agitador. E teremos nós todos os dados para o ser? Não é com a TV, com os outros jornais que lemos (quando lemos). **Uma das razões da nossa fraqueza como agitadores é por vezes não conhecermos os nossos próprios argumentos.** Nesse aspecto, o "Avante!" é essencial. Nalguns sectores (vimo-lo aqui) a sua distribuição vai melhorando. É preciso que também aumente a sua leitura».

Na intervenção de encerramento, o camarada Octávio Pato, depois de sublinhar que ali haviam sido levantados problemas que traduzem deficiências do nosso trabalho, igualmente haviam sido trazidos aspectos altamente positivos, de que a própria realização do Encontro fora prova.

«Com uma oportunidade evidente» — prosseguiria —, «neste momento há uma intensíssima campanha encabeçada pelo Governo e uma resposta de massas que traduz uma acesa luta de classes. É, como exemplo mais notável talvez, a mostruosa campanha contra as nacionalizações, para o q[...] interpelação do CDS na p[...] da semana veio afinal co[...]

«De facto, a única opo[...] real a este Governo é [...] nosso Partido. Divididos [...] profundas contradições [...] nas, os partidos no Pode[...] CDS) entendem-se para [...] ao sector nacionalizado [...] que é rentável.

Mais adiante, Octacio [...] afirmaria que esta imag[...] sobretudo dada através d[...] municação Social: «que[...] rença em relação à velha [...] sura? Linguagem e me[...] fascizantes são claris[...] Não há exame prévio n[...] pis azul, mas os home[...] -mão foram colocados em [...] Redacção, e um simples [...] nema pode sempre evi[...] deslize de última hora... [...] venha o Mário Soares f[...] seu passado — que ess[...] enterrou há muito!)».

E neste contexto — [...] guia Octacio Pato — [...] nossa imprensa, a nossa [...] mação e propaganda [...] nas SIP, tem que ser d[...] da, legível para ser lida [...] cutida para ser mais lida [...] melhor aproveitamen[...] nossos meios e recurso[...] sendo escassos, porque [...] o Partido da classe o[...] são notaveis), dos nosso[...] dros, da nossa imaginaç[...] preciso» — dizia — «nã[...] tar todo o nosso tempo [...] tura da imprensa de [...] Não basta conhecer as [...] dades dos inimigos da [...] cracia, ou as "confusõe[...] "confusos": precisamos [...] ideias claras acerca d[...] sas respostas e das [...] propostas, levá-las às [...] e ser capaz de com[...] mobilizar. De outra fo[...] reforçaremos o Partido [...] das as frentes — e s[...] reforço não haverá [...] Democrático de Salvaç[...] cional nem alternativa [...] críticas.»

Aqui estiveram dezenas de camaradas, cujo trabalho se esconde frequentemente em «gabinetes» mais que inadequados, junto de policopiadoras e impressoras, pintando panos, reparando pacientemente aparelhagens de som — em tantas e tantas outras tarefas ***para que o Partido esteja na rua***

Que o Partido, o nosso Partido Comunista, existe em função das massas é um lugar comum; dizê-lo das SIP's é no entanto sublinhar um traço essencial, que as fez nascer (e florescer!) — se não com este nome, já então como frente de trabalho — logo no período revolucionário que se seguiu ao 25 de Abril, quando a resposta pronta, a agitação de massas, a manifestação com objectivos muito definidos e perceptíveis mobilizavam diariamente a organização do Partido e muitas e muitas outras camadas e sectores. Nesses primeiros tempos da nossa Revolução de Abril, os que estavam com ela e os seus inimigos (os que não estavam escondidos nem silenciosos) afirmavam-se em posições bem extremadas. A luta mobilizava todas as nossas forças, mas era fácil, tinha inimigo à vista e descoberto, tinha resposta pronta. Como dizia um camarada, «bastava assobiar»... Nesse tempo a imprensa ajudava: fora a grande conquista da imprensa estatizada que estava com a Revolução, e os jornais privados, a grande maioria por convicção, outros por medo não remavam contra a maré.

Entretanto, as forças da contra-revolução sairam da sombra para o activo — na sabotagem económica, no plano legislativo, no controlo-repressão que tem hoje na comunicação social um dos espelhos mais fieis: a Revolução não morreu, as massas trabalhadoras e o povo português continuam a lutar, e obtêm vitórias, o Partido todos os dias afir[...] as posições que defende[...] a Revolução de Abril — [...] quase tudo é silêncio na [...] levisão e nos jornais.

As SIP's são assim, ho[...] a par dos nossos orgã[...] partidários e de raros o[...] gãos unitários que releva[...] as posições do PCP, as [...] tas dos trabalhadores, a[...] suas reivindicações — [...] SIP's são (ou devem ser[...] voz diária do Partido, jun[...] das massas uma frente [...] trabalho essencial que te[...] que chegar a todo o lado [...] de forma eficaz. E que pa[...] isso precisam, como foi s[...] blinhado neste encontro, [...] uma ligação permanente [...] direcção política do sec[...] de que dependem, de in[...] venção constante, de me[...] e recursos e muito diver[...] cados, de muitos colabo[...] dores.

ALGARVE

Visita de deputa[...]

• Inaugurado o Centro do Partido em L[...]

Carlos Brito e Margarida Tengarrinha, deputados do PCP eleitos pelo círculo de Faro à Assembleia da República, percorreram mais uma vez locais do distrito a fim de discutirem e se informarem dos vários problemas com que diversos sectores da população se debatem.

Na última sexta-feira os dois deputados tiveram encontros com a Comissão Regional de Turismo do Algarve, onde em reunião com Luis Filipe Madeira e outros elementos desta estrutura se informaram da actividade daquele importante organismo e dos problemas com que a promoção e animação turística se debatem.

No mesmo dia realizaram outras reuniões com o responsável da Comissão Coordenadora da Região, onde, entre outros aspectos, foi detalhadamente informado o conteúdo do plano integrado para o desenvolvimento do nordeste algarvio.

Ainda na sexta-feira participaram num encontro com a coordenadora da Comissão de Moradores da Ria Formosa da zona de Faro, para o ponto da situação em relação à luta em curso contra o processo de demolição de casas na ilha, e pela defesa e perservação da Ria.

No sábado os dois deputados participaram do debate sobre a Ria Formosa, organizado em Faro pelas comissões de moradores, tendo Carlos Brito, para além de integrar a mesa de honra, produzido uma intervenção na qual propôs uma iniciativa conjunta de todos os deputados eleitos no Algarve para a AR, a fim de solicitarem ao Governo uma maior poderação no tratamento deste complexo problema.

A tarde de sábado foi dedicada a contactos com agricultores na zona de Paderne e Ribeira de Alte.

Aqui reuniram com a direcção da Cooperativa de Regantes de Paderne e com um conjunto de agricultores em Alte. Problemas de comercialização e encarecimento dos factores de produção e acesso ao crédito, foram as principais questões então colocadas.

Domingo, e dando seguimento a um programa que há alguns meses tem vindo a ser implemantado, foi ded[...] várias visitas ao patrim[...] tórico e cultural. Nesse [...] guiados por dois arqu[...] do Centro de História [...] boa, que expressame[...] deslocaram para esse e[...] Algarve, os dois deputa[...] sitaram as escavações [...] lógicas no interior do [...] em C. Marim e um p[...] Santa Justa, à Coutim.

No passado sábado [...] Brito e Margarida Ten[...] participaram na inaugur[...] CT de Loulé. Com as [...] lações completamente [...] realizou-se um animad[...] vio, onde o camarada [...] Brito fez uma intervenç[...] tica.

O centro possibilitará [...] um melhoramento do [...]

Nota da DORAL do PCP

1. Na manhã de 28 de Fevereiro morre em trágicas circunstâncias o destacado membro do PCP, Rafael Leandro Jesus Martins.

Activo dirigente sindical, o nosso camarada era membro do Executivo da USF/CGTP-IN.

Empregado bancário na dependência do BPA em Vila-Moura, o nosso camarada é assassinado durante o assalto àquela dependência bancária.

O golpe viria a ser reclamado pouco depois pelas autodenominadas «F. P. 25 de Abril», sobre o falso pretexto de «utilizarem» o dinheiro roubado para o «distribuírem» a trabalhadores sem salário.

2. Estamos mais uma vez perante um acto de puro gangsterismo e provocação política, cujos fins nada têm que ver com a defesa do regime democrático e a justa luta dos trabalhadores por melhores condições de vida.

Desde o seu aparecimento que as autoproclamadas «F. P. 25 de Abril» se confundem com a mais suja provocação através de acções de claro banditismo.

Este bando aparece assim cada vez mais associado, na sua actuação, às forças que aspiram o regresso ao 24 de Abril.

Aliás, as estranhas circunstâncias que rodearam o assalto e o assassinato do nosso camarada e a forma igualmente estranha em que se produziu o recente roubo dos 108 000 contos em Lisboa, também reivindicado por este bando, deixam antever ligações e responsabilidades que a defesa do regime democrático exige que sejam rapidamente clarificadas perante a opinião pública.

Estas criminosas acções estão ainda a justificar medidas do Governo Soares/Mota Pinto que, a pretexto de reprimirem tais actividades, visam, no fundo, suprimir direitos e liberdades conquistadas com [...] Abril pelo nosso povo.

3. A DORAL do PCP [...] veementemente tais [...] reclama das autori[...] rápido esclareci[...] condenação dos se[...] ponsáveis.

A DORAL do PC[...] nome de todos os com[...] da região, envia os m[...] fundos votos de pesar [...] miliares do camarada [...] Leandro Jesus Martins [...] à participação dos trab[...] res, dos democratas e [...] cistas nas cerimónias f[...]

Faro, 28 de Feve[...] 1984

A DORAL

Comemorar 63 anos de vida e luta

Aí estão as comemorações de mais um aniversário do PCP, partido da classe operária, dos trabalhadores. Partido sempre jovem e combativo. Que, com determinação, actua e luta em defesa dos interesses nacionais, dos interesses do povo trabalhador. Força política consequente, bem enraizada entre os trabalhadores, que atinge agora 63 anos de luta, momento que um pouco por todo o País é assinalado com iniciativas diversas promovidas pelas organizações. Como aqui noticiamos, numa primeira panorâmica muito incompleta.

Ermidas Sado (distrito de Setúbal) – na Casa do Povo, o «já tradicional» almoço-convívio, no próximo sábado, dia 3, às 13 horas.

Alcochete (distrito de Setúbal) – no CT, às 19 e 30, jantar-convívio, intervenção política e espectáculo com fados, no próximo sábado.

Almada/Laranjeiro (distrito de Setúbal) – sessão no CT do Laranjeiro no dia 9 (sexta-feira), às 21 horas, com o camarada José Cavaco, membro suplente do CC. O aniversário do Partido é ainda motivo para um conjunto de iniciativas da organização da freguesia de Almada, a saber: exposição de 1 a 6 de Março, colóquio e filme sobre o Partido no dia 3 (sábado) às 21 e 30, romagem e colocação de flores nas campas dos camaradas Alberto Araújo, Alfredo Diniz (Alex), Cândido Capilé e Gabriel Pedro, no cemitério de Almada, no domingo, dia 4; almoço-convívio com a participação de um camarada da direcção do Partido no domingo; pequeno convívio a partir das 21 e 30 do próximo dia 5. Tudo isto no CT Alberto Araújo.

Montijo (distrito de Setúbal) – jantar-convívio, antecedido de jogo de futebol, no domingo, dia 4. O programa inclui ainda intervenção política por um camarada do CC e no final um pequeno espectáculo.

Resende (distrito de Viseu) – no 63.º aniversário do PCP, a Comissão Concelhia promove o seguinte programa de iniciativas: jogo de futebol Resende – Tarouca às 10 horas, almoço-convívio às 12 e 30 (participação do camarada Carlos Fraião, do CC), projecção de filme na Casa do Povo às 20 horas.

Porto – promovida pelo Comité Local do Porto realiza-se no dia 5 de Março, às 21 e 30, no Pavilhão do Académico, uma festa popular com intervenção política de Avelino Gonçalves, da DORP e do Comité Central. A festa, adaptada à quadra de Carnaval, conta com baile, música e a animação de Carlos Mendes, grupo «Vai de Roda» e Sambistas da Vila.

Camarate (distrito de Lisboa) – almoço-convívio com a participação de Euclides Pereira, do CC no domingo; convívio no Centro de Trabalho às 21 e 30 de dia 6; colóquio sobre a Revolução Democrática e Nacional, com a participação de José Casanova, da Comissão Política do Comité Central, no CT, às 15 horas de 18 de Março.

Figueira da Foz (distrito de Coimbra) – romagem à campa de Agostinho Saboga, por iniciativa do Comité Local da Figueira da Foz, no dia 11 de Março, com concentração às 10 horas, no CT do Partido; às 19 e 30 do mesmo dia, no Chalé das Canas jantar-convívio com a participação de Dias Lourenço, da Comissão Política do CC. Também no dia 11, em **Buarcos**, realiza-se uma almoço-convívio às 13 horas, num restaurante da praia (o «Plataforma»), com o director do «Avante!».

Avança a preparação da I.ª Assembleia do CLL

Um largo conjunto de reuniões já realizadas e marcadas para os próximos dias assinalam uma intensa actividade preparatória com vista à 1.ª Assembleia da Organização do Comité Local de Lisboa (CLL) do PCP, que decorrerá em 31 de Março e 1 de Abril nas instalações da Voz do Operário, sob o lema «Em Lisboa com o PCP continuar Abril».

Além das reuniões preparatórias (na ordem das largas dezenas), o trabalho preparatório da Assembleia está a registar resultados francamente positivos na concretização de objectivos orgânicos definidos para esta fase até à Assembleia.

Podemos assinalar desde já a criação de três novos secretariados de células de empresa (OGFE, V. Operário e Siderurgia), o reforço de um secretariado (Centrel) e a reactivação de três células de empresa (Barros, Celta, Centralcer).

Refira-se ainda, e a título de exemplo, a formação de três organismos intermédios (3.ª, 5.ª e 6.ª zonas), a marcação de duas assembleias de organização (Lisnave e Synres), a criação do executivo da Comissão de Freguesia de S. Domingos de Benfica, da comissão de autarquias da 3.ª zona e da comissão do CT de Campolide.

No que respeita à imprensa do Partido, e sendo um dos objectivos o aumento substancial da venda e divulgação do «Avante!» e do «Militante», as organizações de Marvila, CDL e 4.ª Zona aumentaram as respectivas vendas semanais.

Decoração e limpeza dos Centros de Trabalho são também objectivos em curso. Assim, realizaram-se no último fim-de-semana jornadas de limpeza nos seguintes CTs: Duque Loulé, Gráficos, Campolide e Casal Ventoso.

Ciclo de debates

O Comité Local de Lisboa do PCP realiza, entretanto, um ciclo de debates subordinados ao tema «Debater Lisboa, Valorizar a Cidade, Servir a População» em que participarão eleitos, técnicos e personalidades de diversas correntes de opinião, ligados à Cidade de Lisboa.

Os debates terão lugar este mês no Teatro do Nosso Tempo (Praça José Fontana, 12B), às 21 horas, de acordo com o seguinte calendário.

- 2 Março – «Planear Lisboa e a Região»
- 9 Março – «Os Transportes e o Trânsito»
- 16 Março – «Habitação e Equipamento Social»
- 23 Março – «Património Histórico e Cultural».

No primeiro debate a realizar amanhã participam entre *outros convidados: tenente-coronel* Alfredo Moura, Arq.º José Pedro Martins Barata, Eng.º Rui Godinho e Arq.º Francisco S. Dias.

O sector público e o abastecimento

Promovido pela Direcção da Organização Regional de Lisboa (DORL) do PCP, decorrerá no próximo dia 10 (sabado) um seminário sobre «O papel do Sector Público no abastecimento de produtos alimentares essenciais» (empresas públicas e organismos de coordenação economica).

Estarão em debate no seminário temas como a produção e a importação, a problemática do comércio interno e a importância do papel do sector público.

Ao anunciar a realização desta iniciativa, a DORL do PCP chama a atenção para os seguintes aspectos:

«A coligação PS/PSD (no seguimento de idêntica acção da «AD» em 1981) desencadeou fortíssimo ataque contra a EPAC, a AGA, o IAPO, e vários organismos públicos de intervenção económica (JNPP, JNF, JNV, CRCB, etc.), visando transferir para a iniciativa privada, incluindo multinacionais, a importação e distribuição de cereais, ramas de açúcar, sementes de oleginosas, produtos hortícolas e agro-pecuários, cujo montante anual ronda os 200 milhões de contos.

«Estão em causa: o acentuar da dependência do nosso País nestes produtos estratégicos; uma política de preços mais enfeudada às grandes companhias estrangeiras e o abastecimento público de bens essenciais; a expansão nacional da actividade produtiva em tais áreas; o património público das empresas e organismos atingidos; os milhares de postos de trabalho; um acréscimo de dificuldades financeiras com o exterior; a alienação de elevados valores patrimoniais públicos.»

Barreiro — **Entusiasmo, dedicação e espírito de iniciativa são aspectos salientes da actividade que está a ser desenvolvida no concelho com vista à conclusão das obras do novo Centro de Trabalho do Partido e da respectiva campanha de fundos para o pagamento dos encargos. A inauguração da nova casa do Partido decorrerá em fins de Abril, exactamente dez anos depois da abertura, a nível nacional, do 1.º Centro do PCP após a manhã libertadora.**

Tramagal

• Comício de solidariedade com os trabalhadores

O camarada Carlos Brito, membro da Comissão Política do Comité Central e presidente do Grupo Parlamentar do PCP na Assembleia da República, participará no comício de solidariedade com os trabalhadores do Tramagal, marcado para amanhã (sexta-feira) na Sociedade Artística Tramagalense, a partir das 21 e 30 **(sobre a situação na *MDF*, ver Suplemento).**

Concelhia da Amadora

A Comissão Concelhia da Amadora do PCP vai reunir no próximo sábado, dia 3, a partir das 9 e 30, a fim de discutir os seguintes temas:

- **A situação política e social e acções a desenvolver no concelho;**
- **Organização** (aspectos relacionados com o conjunto de objectivos decididos no recente encontro de quadros do concelho, nomeadamente a jornada de trabalho voluntário marcada para o dia 10 e as comemorações do X aniversário do 25 de Abril.

A reunião da Concelhia da Amadora vai prolongar-se pela tarde.

FESTAS DE CARNAVAL

Cova da Piedade (Almada), Ermidas Sado e Alvalade **têm também as suas festas de Carnaval com bons programas de animação. Na Cova da Piedade, o pavilhão da Romeira será ponto de convívio já a partir de sábado, prologando-se a festa pelo domingo, segunda-feira e terça-feira gorda. A organização (Concelhias de Almada do PCP e da JCP) anuncia 4 noites de «alegria, divertimento e unidade» e promete «preços populares», serviço de bar e bons petiscos. Atenção à música do conjunto «Código». Em Ermidas o Carnaval 84 marcou encontro na Casa do Povo para amanhã, sexta-feira, a partir das 22 horas, com o conjunto «Hopus», do Lousal. A iniciativa pertence às Comissões de Freguesia do Partido e da Juventude. O baile dos foliões em Alvalade está marcado para dia 5, segunda-feira, às 22 horas, na Casa do Povo, com música do conjunto «Galáctica». Organiza a C. Freguesia do PCP.**

Em Gaia

Realiza-se no dia 5 de Março a partir de 22 horas, no Centro de Trabalho de Vila Nova de Gaia, uma festa de carnaval organizada pelos militantes comunistas.

Do programa consta um café-concerto com fados e guitarradas, poesia, canções e a passagem do diaporama do X Congresso. Claro que não faltará música para o baile.

S. Tirso

No âmbito do aniversário do Partido, realiza-se nos próximos sábado à noite e domingo à tarde, no Barreiro, em S. Tomé de Negrelos, no recinto junto ao CT do PCP, um convívio e festa popular que inclui um baile que promete animação.

Vila Verde (F. Foz) Assembleia no sábado

Os militantes comunistas da freguesia de Vila Verde, no concelho da Figueira da Foz, realizam já no próximo sábado, dia 3, a sua Assembleia da Organização, que decorrerá a partir das 21 horas, nas instalações do Centro de Trabalho do Partido na freguesia.

Colóquio na CT Alberto Araújo

Realizou-se no passado dia 18 no Centro de Trabalho Alberto de Araújo, em Almada, um colóquio sobre a situação internacional, seguido da projecção do filme «Em prol da Paz», que contou com a participação da camarada Lígia Calapez da Redacção do «Avante!». Esta iniciativa faz parte de um plano de actividades políticas, ideológicas e culturais levado a cabo pela Comissão de Freguesia de Almada. Estiveram presentes cerca de 60 camaradas.

Debate sobre Imprensa no CT de Alfama

Orientado pelo camarada Ruben de Carvalho, chefe de Redacção do «Avante!» e membro suplente do Comité Central do PCP, realiza-se no próximo dia 8 no Centro de Trabalho de Alfama em Lisboa um debate sobre a Imprensa. O início da sessão está previsto para as 19 horas.

Organização concelhia de Cascais: 3.ª Assembleia no dia 25

Apresentação, discussão e aprovação da proposta de Resolução Política, eleição da nova Comissão Concelhia e intervenção de encerramento — esta a ordem de trabalhos prevista para a 3.ª Assembleia da Organização concelhia do PCP de Cascais, marcada para o próximo dia 25 de Março, na Sociedade 1.º de Maio, em Tires. O período compreendido entre 27 de Fevereiro e 18 de Março foi destinado à discussão nas organizações do concelho do documento-proposta da Resolução Política e à eleição dos delegados na proporção de 1 delegado por 10 militantes. No «Manifesto» em que informa sobre esta importante realização partidária, a Comissão Concelhia de Cascais do PCP refere alguns aspectos da situação social que se vive no concelho, salientando a dado passo: «A repressão exercida sobre os trabalhadores e suas organizações representativas, a tentativa de desmantelamento de algumas empresas, as centenas de trabalhadores com salários em atraso, as tentativas de despedimentos, a não aplicação da contratação colectiva e a multiplicação dos contratos a prazo, a redução de produção, a insegurança de emprego, os desvios de capitais, etc., são já realidades bem amargas conhecidas dos trabalhadores da Sipe, Rupe, Ruobel, Daco, Ferrunil, Shiep, Standard Eléctrica, Vitron, Emacet-Samsung, Hotel Cibra, Hotel Baía, Hotel Atlântico, Hotel Sintra Estoril, Sterling, J.B. Pedroso, Hotel Paris, Hotel Inglaterra, Hotel do Guincho e toda a Sociedade Estoril-Sol, Resturante Baluarte, Hotel Turimar, entre outros casos.

Nas autarquias, a política de alianças do PS com a direita têm provocado a desestabilização e a inoperância dos vários órgãos autárquicos, designadamente nos de maioria APU — Alcabideche e S. D. Rana. Na Câmara, a APU, segunda força política do concelho, ficou arredada dos pelouros com vereadores a tempo inteiro.

No entanto, os vereadores do PS/PSD a tempo inteiro nada têm contribuído para a solução dos muitos problemas das populações».

A Assembleia dos comunistas de Cascais decorrerá sob o lema «Reforçar o PCP, Continuar Abril, Construir o Futuro».

Novo CT de Barcelos

É o seguinte o programa de comemoração do aniversário do Partido e de inauguração pública do novo Centro de Trabalho do PCP em Barcelos (Rua Dr. Manuel Pais, 54-2.º), a realizar no próximo dia 6:

10.30 horas – Corrida da Juventude (partida junto ao antigo Centro de Trabalho e chegada junto do novo).

11.00 horas – Inauguração pública do novo CT pela Comissão Concelhia, e abertura à população de Barcelos, com foguetes, música e desfile de um grupo de Zés-Pereiras pela cidade.

13.00 horas – Grande almoço de confraternização dos militantes, simpatizantes e amigos do Partido em Barcelos, a realizar no Pavilhão anexo ao CT. Inscrições no próprio Centro (Telefone 83483).

16.00 horas – Sessão solene no polivalente da Escola Secundária de Arcozelo com intervenção política de Dias Lourenço (da Comissão Política do CC e director do «Avante!» seguida de debate sobre a situação política. Convívio com a participação do Grupo «Cantares da Terra».

(Sobre o novo CT de Barcelos ver entrevista no Suplemento)

Aveiro/Festa 84: marcar na agenda

A Aveiro/Festa (Festa distrital do PCP) realiza-se este ano pela terceira vez nos dias 8, 9 e 10 de Junho, no recinto das Feiras e Exposições da Câmara Municipal de **Aveiro**.

A Aveiro/Festa-84 manterá algumas das caracteríticas que lhe garantiram um lugar único no calendário das iniciativas realizadas no distrito, estando igualmente previstas importantes inovações quer no aproveitamento do espaço, na decoração e no conjunto dos programas.

As organizações do Partido no Distrito de Aveiro preparam com entusiasmo todos os aspectos que contribuirão para que a Aveiro/Festa-84 atinja um elevado nível de participação e de qualidade.

A exemplo dos anos anteriores, a iniciativa será aberta à participação, com *stands* próprios, de todas as organizações do Partido. A breve prazo será distribuída informação sobre as condições de participação, mas qualquer questão imediata pode ser tratada com a Comissão da Aveiro/Festa, a funcionar no Centro de Trabalho de Aveiro.

Haverá muitas e boas notícias mas desde já garantimos: coloquem a Aveiro/Festa na vossa agenda — vai valer a pena!

Almeirim e Salvaterra

Os comunistas do concelho de **Almeirim** encerram no próximo domingo, dia 4, a sua 1.ª Assembleia da Organização com uma sessão pública em que intervirá o camarada Dias Lourenço, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP. Local: Casa do Povo, às 17 horas.

Em **Salvaterra de Magos** avança, entretanto, a actividade preparatória da 2.ª Assembleia da Organização Concelhia, marcada para 11 deste mês, no salão da Casa do Povo. Na sessão de encerramento participará o camarada Jaime Félix, do Secretariado do Comité Central do Partido.

Porto

Algumas conclusões da reunião sobre o trabalho nas autarquias

Com a participação de mais de 250 camaradas, decorreu recentemente uma reunião de âmbito distrital sobre o trabalho nas autarquias do Porto. Também presentes estiveram os camaradas Carlos Costa e Ângelo Veloso, da Comissão Política do CC.

O balanço feito mostrou claramente a superioridade da gestão APU nas juntas em que constitui maioria, caso das freguesias de Miragaia, no Porto; Sebolido, em Penafiel; S. Pedro da Cova, em Gondomar; e Santo Isidoro, em Marco de Canaveses, sendo bom exemplo disso a maioria alcançada nesta última nas eleições realizadas para a Câmara do Marco.

Esta reunião mostrou que a APU aparece cada vez mais como uma força isubstituível em vários concelhos e freguesias, pela sua responsável contribuição para a satisfação de sentidas aspirações da população, quer no que respeita às áreas dos respectivos pelouros, quer em toda a actividade dos municípios, como foi sublinhado por exemplo quanto à nova captação de água é aos critérios de justiça social definidos para as taxas de água na cidade do Porto, quanto à defesa do ambiente, o arranjo e criação de parques e jardins em Gaia, quanto oa trânsito e transportes em Matosinhos e Gaia, quanto à descentralização de maiores verbas e competências para as freguesias, etc.

A reunião reafirmou as características do trabalho que há que manter e aperfeiçoar muito e sempre, como a luta persistente pelo funcionamento democrático e transparente dos órgãos, a luta contra a corrupção e o compadrio, a disponibilidade para cooperar com todos os eleitos interessados em resolver os problemas das populações, os métodos colectivos de discussão e a íntima ligação às populações e suas organizações. Aliás, foi uma conclusão evidente a necessidade de ser incrementada a informação APU. Reafirmou-se ainda a importância da valorização e do respeito pelos direitos dos trabalhadores das autarquias, bem como a importância do rigor técnico no estudo das soluções para os problemas, aliado à intransigência na defesa das soluções que melhor servem as populações.

Na intervenção de balanço, com que encerrou a reunião, o camarada Carlos Costa referiu a riqueza das intervenções proferidas, reflexo da actuação construtiva dos comunistas e da sua capacidade de intervir cada vez mais na resolução dos problemas concretos e destacou os avanços realizados e as grandes possibilidades eleitorais abertas. Sublinhou ainda a importância do trabalho colectivo e a linha de massas impressa no trabalho desta frente. Referiria, a propósito, a luta das tarifas na região.

Terra

Durante todo o dia de amanhã

Jornada em defesa da Reforma Agrária

• A Semana de Luta contra o Desemprego foi um êxito

Duramente castigados por um Governo que lhes rouba o pão e o trabalho, destrói a produção e gera a miséria, os trabalhadores agrícolas desempregados do distrito de Évora saíram na passada semana à rua para condenar vigorosamente esta política e seus arquitectos.

Tratou-se da **Semana de Luta Contra o Desemprego** — uma iniciativa do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas que contou com o apoio do Secretariado das UCP's/Cooperativas — jornada esta que culminou com uma Marcha de desempregados desfilando por estradas alentejanas durante dois dias.

Com partidas de Vendas Novas, Alandroal, Mora e Portel, as colunas de trabalhadores no desemprego encaminharam-se em direcção a Évora (cidade onde decorreu a concentração), efectuando um percurso durante o qual foram alvo de constantes manifestações de solidariedade por parte das populações e dos executivos autárquicos.

Com esta acção — marcada por momentos de grande combatividade — os trabalhadores agrícolas dos campos da Reforma Agrária reafirmaram a sua disposição de prosseguir a luta contra a política do Governo liderado por Mário Soares, por uma alternativa democrática e nacional que abra caminho à resolução da grave crise para a qual a direita empurrou o País.

Os efeitos das sucessivas tentativas de destruição da Reforma Agrária com o seu cortejo de desemprego, fome e terras abandonadas mereceram também o repúdio unânime de todos os participantes, trabalhadores que não perderam o ensejo — com a dignidade que lhes advém de serem os agentes da conquista que mudou radicalmente a face da vida nos campos do Alentejo e Ribatejo — para dizer, simplesmente, que não cruzarão os braços enquanto houver casas onde não entre o pão e homens sem trabalho.

A Praça do Giraldo, em Évora, cenário de tantas e inesquecíveis jornadas em defesa da Reforma Agrária, recebia uma vez mais os que persistem na luta pelo pão e o trabalho

Acolhidas à sua passagem com manifestações de carinho e solidariedade as colunas de desempregados provenientes de Mora, Portel, Alandroal e Vendas Novas constituiram uma significativa expressão do protesto que alastra contra o desemprego, a fome e a miséria

Contra a fome e a miséria

Entretanto os Secretariados distritais das UCP's/Cooperativas levam a efeito amanhã, dia 2, uma jornada em defesa da Reforma Agrária para a qual apelam à solidariedade e apoio de todos os trabalhadores, de todos os que «querem um Portugal independente, livre da fome e da miséria».

Abrangendo distritos do Alentejo, Ribatejo e Setúbal esta movimentação dos trabalhadores constará de uma paralisação das UCP's/Cooperativas, de concentrações em dez vilas e cidades (Alpiarça, Beja, Évora, Alcácer do Sal, Coruche, Ferreira do Alentejo, Grândola, Moura, Serpa e Portalegre), de uma distribuição de documentos a efectuar por brigadas de trabalhadores, e de deslocações de trabalhadores da Reforma Agrária a departamentos estatais e outras entidades com vista a expor a «situação inquietante que se vive».

Com efeito, segundo os trabalhadores, começa a ser perfeitamente insustentável a situação que resulta da política do Executivo. Em sua opinião, expressa num documento divulgado a propósito da acção de amanhã, «o aparelho produtivo está a ser destruído com os ataques à Reforma Agrária, às nacionalizações, aos pequenos e médios agricultores, industriais e comerciantes».

E que faz o Governo quando, por exemplo, os trabalhadores reclamam os salários em atraso? Chama-lhes agitadores e «manda as forças repressivas espancá-los». Um finíssimo conceito de democracia e de «concertação social».

Daí a jornada de amanhã. Para que cesse a ofensiva contra as UCP's/Cooperativas (reservas, leilões, roubos de gado, máquinas e gados); pela suspensão do despacho das penhoras; pelo fim das terras abandonadas ou subaproveitadas; pela aplicação dos Acordos do Supremo Tribunal Administrativo; pela demissão do Governo PS/PSD e por um governo democrático que execute uma política patriótica ao serviço do povo e da independência nacional.

Poder local

No Redondo

APU derrota coligação PS/PSD/CDS

A vitória eleitoral da APU, no passado domingo, nas eleições para a Junta de Freguesia do Redondo (distrito de Évora) esmagaria de uma só vez as ambições do PS, PSD e CDS — coligados numa santa aliança de direita — e o boicote que os representantes destas forças prosseguiram ao longo do tempo contra o funcionamento da autarquia. Como sempre tem acontecido quando o PS e a direita se coligam para derrubar executivos APU, o acto eleitoral antecipado do Redondo empurraria a Aliança Povo Unido de uma maioria relativa para uma esmagadora maioria absoluta e faria despenhar fragorosamente as forças políticas que, como actividade autárquica, apenas puderam mostrar ao eleitorado a obstrução e a má fé política.

Se nas anteriores eleições autárquicas (Dezembro de 1982) o PS obteve 891 votos e a então «AD» 796, conseguindo juntos 1687 escrutínios, contra os 1477 conquistados pela APU na Freguesia do Redondo, agora, ano e pouco depois, o PS coligado com toda a direita ficar-se-ia pelos 944 votos, contra os 1290 obtidos pela APU. Esta forte penalização do eleitorado sobre as pretensões da direita liderada pelo PS no Redondo apenas confirmaria mais uma vez o que tanta vez já foi provado, na prática: a demagogia e a má-fé acabam sempre a perder quando confrontadas com o trabalho, a honestidade e a competência de quem parte para funções autárquicas com o exclusivo propósito de melhor servir as populações.

Vem a propósito resumir os acontecimentos que conduziram à queda da Junta de Freguesia do Redondo e à marcação de eleições antecipadas. Tudo começaria na sequência das eleições gerais autárquicas de Dezembro de 1982, que dariam nove lugares à APU na Assembleia de Freguesia, cinco ao PS e cinco ao PSD.

Logo na primeira reunião da Assembleia — e olhando já gulosamente para a maioria que, juntos, ali dispunham, os representantes do PS e do PSD entrariam numa insólita contestação à eleição da Junta, invocando — imagine-se! — a «ignorância da lei», com que eles próprios participaram na referida eleição!

Estava à vista o fito da manobra: a queda da Junta. Para tal nenhum representante eleito (efectivo ou suplente) destas duas forças políticas poria mais os pés numa reunião de Assembleia de Freguesia a partir de Janeiro de 1983, impondo-lhe sucessivas faltas de «quorum», o que conduziria à queda do executivo cerca de um ano depois e à convocação das eleições antecipadas do passado domingo.

A asneirada

Os representantes do PS e do PSD na Assembleia de Freguesia do Redondo e na Junta passaram desde então a cumprir com denodo a tarefa autárquica a que se haviam proposto: a ausência sistemática. Nem mesmo na campanha pré-eleitoral dariam sinal de vida. Confiavam certamente na magia dos 210 votos de vantagem que, juntos, haviam conseguido em 82 sobre a APU...

Na última semana de campanha sairiam finalmente à rua — e dizemos bem **à rua**, pois não passaram daí — inundando tudo com milhares de panfletos, cada um mais reaccionário, anticomunista e boçal que o anterior. Revelando um extravagante desrespeito pela inteligência das pessoas, a direita representada na lista do PS conduziria uma campanha-relâmpago no Redondo que mais pareceu um fossado da asneira política e da grosseria intelectual.

Para além das calúnias pessoais sem tom nem som visando os candidatos da APU — o que numa terra onde toda a gente se conhece não é, convenhamos, a melhor «táctica» — utilizariam ironias tão subtis como a expressão **«Kamaradas» da APU** quando se referiam aos adversários políticos!

Quanto a «programa eleitoral» atirariam para a frente com promessas tão idiotas como «a construção de 20 casas» e a electrificação deste mundo e o outro — disparate de tal calibre que, mesmo com esforço, ninguém poderia levar a sério. Portaram-se localmente como a nível nacional se portam os seus «maiores». E sofreram as consequências.

A resposta do eleitorado seria concludente e clamorosa, atirando pela escada eleitoral abaixo quem, tão despudoradamente, lhe perturbou o quotidiano com ambições políticas e «provas de força» contrárias aos interesses da Freguesia. E reforçando a posição da força política que, muito justamente, grangearia a confiança e a simpatia das populações graças a um trabalho sem «jogos» nem vacilações.

A APU, pois claro.

«Transportes e Poder Local» em debate

A Associação dos Municípios do Distrito de Setúbal anunciou há dias a realização no dia 10 de Março, na Costa da Caparica, de um Encontro sobre «Transportes e Poder Local».

O Encontro decorrerá entre as 10 e as 18 horas nas instalações do «Grupo Amigos da Costa», e aquela Associação, que o promove, convidou para participarem todas as Câmaras do País e por seu intermédio todos os restantes órgãos autárquicos, assim como as Comissões de Trabalhadores das Empresas Públicas de Transportes, os Sindicatos do sector, o STAL, comissões parlamentares de Administração Interna, do Poder Local e do Equipamento Social e Ambiente, associações de comerciantes e comissões de luta que se têm batido publicamente contra o encerramento de linhas de caminho-de-ferro no Centro e no Norte.

O Encontro é ainda aberto «a todos aqueles que desejem debater um tema de tão grande actualidade e importância como é o dos transportes e suas relações com o Poder Local».

Que o é, de facto.

Como é sabido, o actual Governo tem vindo a tomar diversas iniciativas neste domínio, as quais afectam muito directa e profundamente as autarquias locais e as empresas de transportes, com graves reflexos sobre as populações.

Dessa ofensiva governamental a Associação de Municípios de Setúbal dá relevo à legislação que cria a **taxa municipal de transportes,** a que transfere para os municípios os encargos com **transportes escolares,** e o projecto que prevê a responsabilização exclusiva dos municípios em matéria de investimentos nos sistemas de transportes urbanos e suburbanos.

A Associação considera ainda matérias que deverão merecer a tomada de posição de todos os municípios e não apenas dos que estão a ser directamente afectados o encerramento ou ameaça de encerramento de apeadeiros, estações, ramais e linhas da CP e de outros serviços de transportes públicos que prejudicam a população no que respeita à movimentação para o trabalho, a escola ou a habitação.

Há, por outro lado, «o constante agravamento dos preços dos transportes», que só prejudica as populações e em nada contribui para a solução dos problemas económicos e financeiros das Empresas Públicas de transportes.

Esta política e os prejuízos resultantes têm uma alternativa? A Associação de Municípios de Setúbal pensa que o Poder Local pode contribuir poderosamente para a encontrar.

Centenas de mulheres em Santarém

Realizou-se no domingo em Santarém o primeiro Encontro de Mulheres do distrito. Como trabalho preparatório deste Encontro foram realizadas 29 reuniões nos vários concelhos do distrito, e a sua divulgação foi feita através de distribuição de propaganda e de um apelo da comissão promotora do Encontro.

Nos trabalhos, que tiveram início às 10 horas, participaram 600 pessoas.

Foram aprovadas duas moções: uma sobre o aumento de custo de vida e outra pela eleição de uma Comissão Distrital de Mulheres. Esta comissão seria de facto eleita e é constituída por 30 mulheres, representando todos os concelhos do distrito.

Foi também aprovado um projecto de conclusões do Encontro em face do qual, foram apresentadas e aceites pela comissão de redacção sete propostas de alterações.

Ao Encontro estiveram presentes como convidados especiais uma representante da CGTP-IN e uma representante do MDM.

Presentes também um representante da Assembleia Municipal da Chamusca, um vereador da CM de Coruche, o presidente da Assembleia Municipal de Constância, os presidentes das Câmaras Municipais de Benavente e de Alpiarça, um representante da delegação do Ministério do Trabalho de Santarém, o jornal o «Povo do Cartaxo» e o jornal «O Novo Almourol». Para o Encontro haviam sido convidados todos os grupos parlamentares com representatividade do distrito na Assembleia da República, bem como todos os órgãos de comunicação social. Dos grupos parlamentares só esteve presente o grupo parlamentar do PCP. Dos órgãos de comunicação nacional e regional só estiveram presentes os dois jornais regionais acima mencionados – o que não impedia que às Redacções dos jornais chegasse a notícia: o que acima referimos consta do que deve ser o primeiro comunicado da Comissão Distrital de Mulheres do Distrito de Santarém.

Benvindas! E bom trabalho!

Encontro distrital do MDM em Lisboa

A participação viva e lúcida de dezenas de mulheres, sobretudo nos quatro grupos de trabalho que reuniram para debates por temas durante a manhã, marcou o segundo Encontro Distrital de Lisboa do MDM, que no domingo passado decorreu até ao fim da tarde – numa segunda parte em plenário – na Escola Manuel da Maia. Ali foi então eleita nova direcção distrital, composta por 85 mulheres, de profissões várias e de quase todos os concelhos do distrito.

Hoje mesmo, em conferência de Imprensa, o MDM vai divulgar as conclusões aprovadas no Encontro, o programa que propõe às mulheres e em que se empenhará para o 8 de Março e ainda o andamento dos trabalhos de preparação do seu Congresso Nacional, já marcado para 19 e 20 do próximo mês de Maio.

Desta conferência de Imprensa e do que foi o Encontro se falará no próximo «Avante!».

APU e PS exigem inquérito à Junta de Várzea

Os eleitos da APU na freguesia de Várzea – S. Pedro do Sul e os eleitos PS na Assembleia de Freguesia da mesma localidade vieram recentemente e mais uma vez denunciar as graves irregularidades cometidas pela Junta de Freguesia. Em comunicado conjunto datado do dia 19 de Fevereiro e intitulado «O povo de Várzea está a ser prejudicado pela Junta de Freguesia», os eleitos das duas forças políticas acrescentam que «o sr. Lúcio de Almeida Pereira, presidente da JF, e o sr. José Rebelo Tinoco, secretário, prepotentemente desrespeitam as decisões da Assembleia de Freguesia», a que são obrigados pela Lei 79/77 sobre as Atribuições das Autarquias e Competências dos respectivos órgãos.

E pormenorizam:

«A estrada de Drizes, a água para Canhões e Anciães, a estrada que liga a Igreja a Canhões, o alargamento do cemitério, **são obras que a Assembleia de Freguesia aprovou por unanimidade**, visto que são urgentes e prioritárias, e que, enquanto não forem realizadas estão a prejudicar grandemente a população. A Junta de Freguesia, que tem a responsabilidade de as levar à prática, não as faz. Porquê?

Em vez disso, a Junta decide calcetar o já calcetado caminho do Reguengo, e tem 300 contos parados há meses, como se não fosse necessário aplicá-los.»

«Existem assim – sublinham – um desrespeito clamoroso da JF pelas decisões da Assembleia, órgão máximo que é da freguesia».

Por tudo isto, os eleitos da APU na freguesia e os eleitos do PS na Assembleia de Freguesia decidiram exigir ao governador civil de Viseu «a instauração de um rigoroso inquérito à actividade da Junta». E anunciam que através dos seus representantes nos diversos órgãos não deixarão de denunciar esta situação de escândalo e ilegalidade.

Afirmam a terminar:

«Os eleitos da Aliança Povo Unido na freguesia da Várzea e os eleitos do Partido Socialista na Assembleia de Freguesia de Várzea continuarão sempre a denunciar actos como estes e outros que possam surgir, e tudo farão para que o povo de Várzea esteja a par da actividade das pessoas que elegeu para resolver os seus problemas».

Ordenamento do território na área da Grande Lisboa

• Um debate necessário com dirigentes do Partido e representações de 20 Câmaras no sábado no CT Vitória

No próximo sábado realiza-se no Centro de Trabalho Vitória em Lisboa um Encontro do PCP para debater questões sobre ordenamento, administração urbanística e política de solos na área da Grande Lisboa. O Encontro, que corresponde às grandes preocupações do PCP sobre a necessidade de ordenamento de um extenso e povoado território que porventura estará, como nenhum outro em Portugal, «anarquizado», tem vindo a ser longamente preparado, e as suas conclusões serão sem dúvida contribuições importantes para poder inverter uma política que nestas matérias é em muitos casos verdadeiramente criminosa.

O Encontro é promovido pelas Organizações regionais de Lisboa e Setúbal e nele participarão dirigentes nacionais e regionais do PCP, presidentes, vereadores e outros eleitos e técnicos de Câmaras e de outros orgãos autárquicos de 20 concelhos.

Loteamentos ilegais, o desenvolvimento da cooperação intermunicipal face aos constantes esbulhos sofridos pelo não cumprimento integral da Lei das Finanças Locais, assim como as responsabilidades da Administração Central pela falta de meios e legislação adequada, e por obras sem a devida planificação que têm contribuído para a desordem do sistema metropolitano da Grande Lisboa — como se tornou particularmente óbvio durante as cheias de 19 de Novembro —, esses serão, segundo uma nota da SIP, os temas principais a examinar.

A reunião incluirá, cerca das 16 horas, um encontro com a imprensa para uma síntese informativa e divulgação de um primeiro documento.

Jornada de trabalho na Amadora

Deixem a APU trabalhar! Esta palavra de ordem, que mobiliza para a Jornada de Trabalho Voluntário no concelho da Amadora decidida para o próximo dia 10, mais do que um pedido já se vê que é uma resposta...

É a resposta da APU e da população à acção de boicote do PS, que mais uma vez se aliou ao PPD e ao CDS para desvirtuar totalmente o Plano e Orçamento apresentado pela APU; que assim, os três aliados, reduziram as verbas para as freguesias, os clubes, a actividade cultural e desportiva, o apoio aos deficientes, à 3.ª idade e à alfabetização; que anularam as obras por administração directa da Câmara; que cortaram a verba de 80 mil contos que o Governo deve à Câmara pela instalação do Município.

Com este Plano imposto por PS/PSD/CDS, que alarga as dificuldades já impostas pelo Governo, pensará a direita que abate a APU?

A APU vai como sempre encarar de frente para as resolver, as carências da população — e é para resolver tudo o que for possível com trabalho voluntário que a mobiliza.

Entre as tarefas previstas para o fia 10 está a limpeza e arborização do Parque Central; entre as adesões, organizações populares, autarquias, população em geral e trabalhadores de algumas das grandes empresas do concelho: Sorefame, Cel-Cat, Cometna, Pereira & Brito, que se ocuparão primordialmente da recuperação de máquinas e outros materiais da Câmara.

No dia 10 de Março ver-se-á: a população da Amadora apoia a acção da APU nas autarquias, está empenhada no progresso do concelho. Responderá também.

Trabalhadores

Sector Empresarial do Estado

Contra o redobrar da ofensiva SEE (hoje) em jornada nacional

- Pelo fim da liquidação das empresas públicas e nacionalizadas
- Contra a abertura e entrega dos sectores básicos ao capital privado
- Fim à alienação das participações do Estado
- Pelo pagamento das dívidas do Estado às empresas públicas
- Pela imediata entrada em funções dos gestores eleitos
- Pelo pagamento dos salários em atraso, contra os despedimentos, o desemprego e o *lay off*
- Pela melhoria das condições de vida e de trabalho.

Até segunda-feira passada já aderira à jornada nacional de luta um número muito próximo das 70 empresas públicas, nacionalizadas e participadas. Pertencentes ao sector empresarial do Estado e na quase totalidade ameaçadas pelo Governo e com salários em atraso, essas unidades de produção abrangem mais de 250 mil trabalhadores e distribuem-se por 17 ramos de actividade onde predomina a metalurgia, a metalomecânica, o vidro, a pesca, a marinha mercante, a construção e reparação naval, a química, os cimentos, os transportes, a banca, os seguros.

Depois das declarações sobre o SEE recentemente provindas do Governo, designadamente pela boca de Veiga Simão, ministro da Indústria, Ernâni Lopes, das Finanças, e Mário Soares/Mota Pinto, (chefes da equipa governamental da ruína, da penúria e da fome), os trabalhadores e as suas organizações representativas, sindicais e outras, consideram que **«redobrou a ofensiva contra o sector público»** que estão dispostos a defender até às últimas consequências.

A situação como está é que não pode manter-se. E, como as perspectivas do Governo são ainda para pior, a Comissão Coordenadora das ORTs do SEE, apoiada em factos e números mais que divulgados (e confirmados até alguns pelo próprio Governo), considera, apelando à continuação da luta, que a coligação PS/PSD, com o apoio indesmentível do que de mais reaccionário e explorador conta este País, **«não pode desmentir as suas responsabilidades, nem fazer do sector público moeda de troca entre desavindos parceiros da coligação».**

A Coordenadora, apoiada pelo Movimento Sindical Unitário, recorda que, segundo foi reconhecido publicamente pelo próprio ministro da Indústria e Energia, Veiga Simão, nos últimos anos foram mal investidos no SEE 200 milhões de contos. A CGTP pediu imediatamente um inquérito a esse desbaratamento de milhões. Há responsáveis, e responsáveis de tomo, nesses gastos mal empregues, enquanto os trabalhadores, além de «culpados» pelo Governo, nem os salários vêem ao fim do mês.

Dificuldades, problemas, actos de provada incúria e incapacidade têm sido denunciados incansavelmente ao longo dos anos pelos trabalhadores do SEE e pelas suas organizações representativas. Situações dessas só agora são reconhecidas pelo Governo PS/PSD, que pretende alijar a carga sobre os ombros de quem trabalha e entregar tudo o que dê lucros, sobretudo os fáceis e imediatos, ao grande capital dos grupos financeiros aliados internacionalmente aos grandes tubarões da finança multinacional.

A jornada de hoje, que culmina outras acções de luta, designadamente nos transportes, incluirá paralisações de duração variável, podendo atingir as 24 horas, manifestações, concentrações, reuniões amplas, a par de contactos e acções de esclarecimento junto do público, com a distribuição de folhetos elucidativos e apelos ao desenvolvimento das lutas, à solidariedade e à participação activa na defesa dos bens nacionais e por melhores condições de vida.

No princípio desta semana estavam anunciadas paralisações que, segundo dados fornecidos pela Inter, envolvem um total superior a 60 por cento das empresas que aderiram à jornada.

Para hoje, dia central da luta, as paralisações atingem, entre outros sectores, os **transportes** (24 horas na **CP** e **RN**, 48 horas na **Transtejo**, 7 horas no **Metro** e 2 horas na **Carris**), (na **construção naval** e **metalurgia** (24 horas), na **indústria química** (várias empresas param hoje por 24 horas), **comunicações** (**CTT**e **Marconi:** 2 horas) **Cimpor** e **Secil** (24 horas), **Covina** (8 horas), **Casa da Moeda** (meio dia).

Só em Lisboa está prevista para hoje uma dezena de concentrações. Destacam-se as da **Epac, Gelmar, Aga, Nutripol** (ramo do comércio), **banca e seguros** (junto à Secretaria de Estado do Tesouro), **Marinha Mercante** (Ministério do Mar) e **Petrogal** (frente ao Ministério da Indústria).

Manifestação recente da Sorefame: uma das mais afectadas no SEE

Metal nas unhas do Governo

SALVAR AS EMPRESAS EVITAR DESPEDIMENTOS

• Tentativa de burla com dinheiro de salários da fábrica «Leão» do Porto

Em distribuição pelas empresas do sector — iniciativa integrada na Jornada de hoje — um comunicado com o título «O que leva o Governo a tentar destruir a metalomecânica pesada?» afirma que «o Governo PS/PSD, através do Instituto de Participações do Estado (IPE), pretende "pagar" com despedimentos — em alguns casos, camuflados como reformas antecipadas ou rescisão do contrato, retirada ou redução de regalias sociais, como subsídio de doença, subsídio de refeição, subsídio de deslocação, etc. — o esforço e a dedicação de tantos anos de trabalho, de criação de riqueza e de desenvolvimento das suas empresas». As CTs da **Sorefame, Equimetal, Cometna** e **Mompor**; as **comissões intersindicais** dessas empresas; a **Coordenadora da Metalomecânica Pesada**; os **Sindicatos dos Metalúrgicos de Lisboa, Sul e Porto**; e a **Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal**, ao subscreverem em conjunto esse comunicado, reafirmam que **«só através da luta é possível defender os nossos direitos»**, pois as «soluções» do IPE não são outras senão **«a continuação da política do Governo PS/PSD»** e assentam na destruição das empresas e na **«redução brutal dos postos de trabalho»**, incluindo a aplicação da nova lei dos despedimentos, o negregado **lay-off**.

Aquelas organizações representativas dos trabalhadores sublinham que, com a tomada de posse do novo concelho de gestão do IPE, exigiram novamente que se procedesse a **«um estudo sério da situação»**, pois os trabalhadores e as suas organizações (ORTs) **«não são contrários ao reordenamento do sector»**. Sempre defenderam, pelo contrário, que **«essa medida era essencial para um desenvolvimento correcto da metalomecânica pesada»**. Mas a nova gestão do IPE apenas tornou «claros e precisos» os propósitos deste Governo.

A mando dele, o IPE propõe-se, assim, **«despedir, despedir, despedir, como se estivesse neste acto a resolução dos grandes problemas que afectam o sector»**. Nacionalizado em grande parte, nele se incluem algumas das maiores fontes de trabalho e de riqueza do País. Os trabalhadores e as suas organizações representativas não desistem de **«colocar a metalomecânica pesada ao serviço da economia nacional, mas necessariamente com um novo Governo que realize uma nova política, que salvaguarde os interesses do Povo e do País»**.

Os trabalhadores «não estão contra o reordenamento» — reafirmam — «desde que não ponha em causa "o estatuto de participação do Estado nas empresas" desde que não ponha em causa "os postos de trabalho", nem outros interesses e regalias sociais.

A Lisnave na primeira linha da defesa do sector nacionalizado, dos salários em atraso e da garantia de emprego em empresas úteis ao País

Temos propostas!

«Temos propostas que queremos discutir com o Governo, o IPE, as administrações.» Se forem tomadas em conta, essas propostas **«solucionarão a maioria dos problemas que nos afectam e serão uma grande contribuição para resolver os problemas do País».**

Dirigindo-se aos trabalhadores, as organizações signatárias do comunicado, datado de 20 de Fevereiro findo, acrescentam que, «para defender os nossos direitos e as nossas propostas é necessário reforçar a nossa unidade e a nossa organização. É necessário continuarmos a luta». Apelando à participação em massa na Jornada em defesa do sector empresarial do Estado, a decorrer hoje, o comunicado condena a política deste Governo e recorda os **«investimentos subaproveitados, cujos encargos financeiros são volumosos»**. Recorda ainda a redução da taxa de crescimento (se é que de crescimento se pode falar), a **«renúnica a uma política de desenvolvimento tecnológico, o estrangulamento financeiro das empresas, a política externa de total submissão aos interesses do imperialismo».**

Porto: Tentativa de burla na «Leão»

«O que se passa na conhecida empresa de fogões "Leão" é pura e simplesmente uma tentativa de burla contra os trabalhadores e um atentado aos seus direitos mais elementares». O Comité dos Sectores Metalúrgico e de Material Eléctrico da Região do Porto do PCP, que traz a público a situação, acrescenta que, «ligada ao processo ainda hoje obscuro da construção das novas instalações em São Mamede, a uma má gestão e descapitalização da empresa, **a administração fez recair sobre os trabalhadores o flagelo dos salários em atraso durante meses».** Mas os administradores, ainda insatisfeitos, paralisaram a empresa e mandaram os trabalhadores para casa «durante meses sem receberem um tostão».

Criadas essas condições propícias aos desígnios da administração — sublinha o Comité dos metalúrgidos do Porto —, que se resumiam à venda da empresa a **«um grupo de capitalistas»**, os novos administradores, com a ameaça de deixarem a «Leão» ir à falência, pretendem agora impor as seguintes condições:

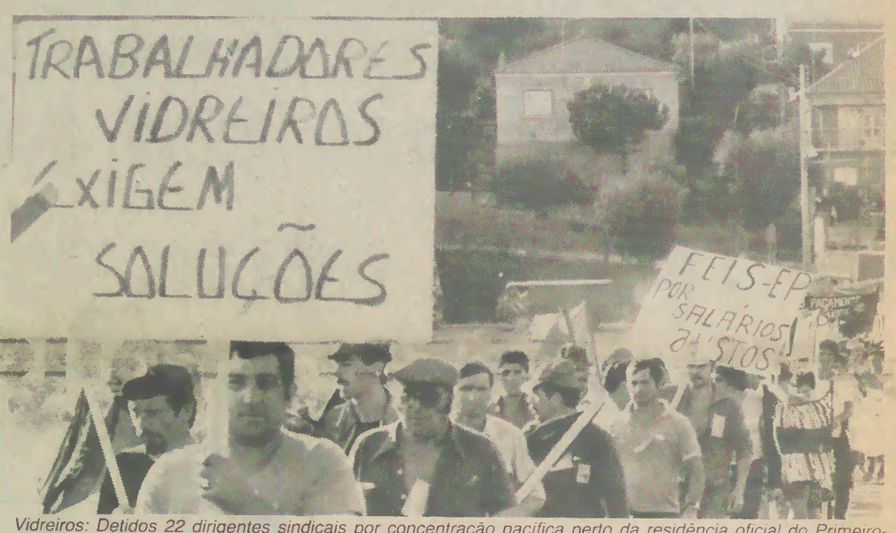
- **Só retomar no próximo mês de Abril (em princípio. ...) a laboração da empresa, apenas com 115 dos 315 trabalhadores, com a promessa de reocupação dos restantes (200) em Janeiro de 1985, ficando estes entretanto mais um ano sem receber;**
- **Pagar as actuais dívidas aos trabalhadores em 1993, naturalmente se o processo de «recuperação» tiver bom andamento...**

O Comité classifica isto de **«manobra inqualificável»** e de **«tentativa de burla».**

«Ao propor-se pagar os cerca de 40 mil contos que a empresa deve aos trabalhadores, onze anos depois e sem mencionar no contrato o pagamento de quaisquer juros, a administração está na realidade a procurar — acusa o Comité dos metalúrgicos — **meter no bolso cerca de 450 mil contos que não lhe pertencem, e que é o valor do rendimento (ao juro da lei) do dinheiro dos trabalhadores, durante esse período».** Por outras palavras: **«Por cada 100 contos que um trabalhador da «Leão» tem a receber, num prazo de onze anos receberá apenas um valor equivalente a 4 contos de hoje».**

A empresa é viável, lembra o Comité. O patronato tirou dela grandes lucros durante anos. Os trabalhadores não são os causadores das dificuldades de hoje. **«É por demais evidente»**, observa ainda o Comité, «que a responsabilidade é do patronato e do **Governo, que dá cobertura a tais situações, pois apesar das promessas feitas no Ministério do Trabalho»**, segundo as quais se iria **«resolver o problema da "Leão"**, na realidade o que fizeram foi **«colaborar na tentativa de burla contra os trabalhadores».**

Depois de indicar o caminho da luta e da solidariedade, como o único possível nesta situação, e de responsabilizar as administrações pela má gestão da empresa, **«o Comité dos Sectores Metalúrgico e de Material Eléctrico da Região do Porto do PCP alerta os trabalhadores da "Leão" contra as manobras do patronato, alerta-os contra as atitudes oportunistas encabeçadas pelo Sima/UGT, exorta-os a prosseguir a luta firme e corajosa, de que já deram provas, contra a miséria que vos querem impor, pelos postos de trabalho, pelo pagamento dos salários e pela dignidade».**



Vidreiros: Detidos 22 dirigentes sindicais por concentração pacífica perto da residência oficial do Primeiro-Ministro, terça-feira ao fim da manhã. Dois continuaram presos. Salários em atraso, desemprego, empresas encerradas e outras em vias de encerrar são os motivos da luta de que Mário Soares não quer ouvir falar

Perante o assalto do Governo

Unidade ganha força nas CT's

• Vitórias e êxitos seguros em mais de 20 eleições

Num momento em que a unidade dos trabalhadores nas empresas poderia ser fortemente abalada pela ofensiva contra os salários e contra as liberdades sindicais, as eleições para CT's e outros organismos representivos, em serviços, na indústria e no comércio revelam precisamente o contrário. A unidade, a consciência colectiva das acções a desenvolver, das tarefas a desempenhar designadamente para pôr termo a situações insustentáveis no que respeita a salários em dívida, à destruição de empresas e redução dos postos de trabalho, teve nestes dois meses de 1984 reflexos muito positivos na escolha democrática dos representantes dos trabalhadores perante o patronato, conselhos de gerência e o Governo. Mesmo nos poucos casos em que a formação de listas unitárias sempre enfrentou dificuldades, este ano houve avanços significativos ou mantiveram-se situações anteriores, como nos TLP e na TAP.

Vitórias prometedoras de bom trabalho e do reforço da unidade registaram-se ultimamente, entre outras, nas eleições para CT's e sub-CT's na **Siderurgia Nacional, Lisnave, Setenave, Estaleiros Navais de Viana do Castelo, Banco Fonsecas & Burnay, Banco Borges & Irmão, Rodoviária Nacional, Carris, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, Petrogal, Cometna, Oliva, Jotocar, Companhia de Seguros Tranquilidade, Caixa Geral de Depósitos, Covina, União de Bancos Portugueses, Fima, Sepsa, FOC, Companhia Portuguesa de Pescas** (CPP), **Parry & Son, Centrel.**

Divisionistas da UGT e esquerdistas sofreram derrotas muito sérias.

Na banca e nos seguros, onde as direcções sindicais pautam a sua orientação pelas defecções «ugêtistas» e elas próprias se dividem em facções e grupos rivais, foram nítidos os progressos das listas unitárias, aumentando o número dos mandatos para as CT's e alcançando mesmo a maioria absoluta, como **Fonsecas & Burnay** (6 em 11 mandatos) no **Borges & Irmão** (subindo substancialmente a votação e obtendo 4 mandatos — mais um do que em 1982) e na **UBP** (passando de três para quatro elementos, com mais 108 votos do que no escrutínio anterior).

A quase totalidade das CT's elegeu 11 representantes. Trata-se na maioria dos casos de empresas com mais de mil trabalhadores, mas os despedimentos e a instabilidade têm feito verdadeiras razias, principalmente nos últimos dois anos. A ameaça do desemprego, a repressão, o divisionismo e a falta de salários fizeram-se sentir, como não podia deixar de ser, na participação eleitoral.

No entanto, votaram na **Covina** 847 dos 1158 trabalhadores (75,47 por cento), na **Siderurgia Nacional** 6816 (mais 123 votos na lista unitária do que na eleição anterior); 454 dos 523 da Parry; 7500 na **Rodiviária Nacional** (13 613 eleitores); 1 035 na Cometna; na **Caixa Geral de Depósitos**, os votos entrados nas urnas aumentaram substancialmente, registando-se mesmo a maior votação de sempre.

Dados ainda provisórios em boa parte dos casos não permitem uma análise global e precisa. Mas a verdade é que, segundo os elementos disponíveis, a participação nas eleições deve ter atingido uma média muito próxima dos 50 por cento nas eleições realizadas em Janeiro e Fevereiro deste ano.

As promessas implícitas na identificação e na cumplicidade objectiva da UGT com a coligação PS/PSD não deu os resultados esperados pelos mentores do divisionismo e pelos seus porta-vozes em certos meios de comunicação social. A um mês do III Congresso da UGT as contas não são nada prometedoras para nenhuma das facções e clientelas partidárias em que se dividem os divisionistas PS/PSD.

Mesmo na banca e nos seguros os resultados apurados até agora denotam a existência e participação de uma forte corrente unitária disposta a defender direitos, garantias e interesses provadamente abandonados pelas direcções sindicais «ugêtistas».

Listas coligadas com antigos componentes da «AD», listas do PS, do PSD/Tesiresd e da UDP perderam mandatos, viram baixar as votações e contribuiram mais uma vez com o seu «peso» para a abstenção e os votos nulos.

A unidade dos trabalhadores nas empresas mostraram novamente a sua força e capacidade de crescer, mesmo nas piores condições que têm enfrentado depois do 25 de Abril.

Internacional

MÉDIO ORIENTE

Americanos bombardeiam no Líbano patriotas que procuram a paz

Enquanto no Líbano os precários acordos de cessar-fogo anunciados no fim-de-semana continuam a não ser cumpridos, e na Síria se multiplicam as actividades diplomáticas para encontrar uma forma aceitável de pôr fim ao derramento de sangue, em Israel os projectos que se cozinham continuam a ser de guerra.

Uma delegação militar dos Estados Unidos deslocou-se a Telavive para negociar com as autoridades sionistas a manutenção, através de Israel, da Sexta Esquadra norte-americana estacionada ao largo de Beirute e a articulação israelo-americana na guerra do Líbano.

Estas negociações, no momento em que no Conselho de Segurança das Nações Unidas se debatia a substituição da chamada «força multinacional de paz» por forças da ONU – os capacetes azuis – aponta pelo menos para a intenção da Administração Reagan de fazer permanecer em Beirute as suas forças de agressão. Em nome de quê e em defesa de quem são questões cujas respostas já não oferecem dúvidas a ninguém: em nome dos Estados Unidos e em defesa dos interesses imperialistas dos Estados Unidos.

Não é uma posição fácil para Reagan, cada vez mais enleado nas contradições internas da sua própria política. A supremacia militar norte-americana foi uma vez mais posta em cheque no Líbano pela acção conjunta das forças patrióticas e anti-imperialistas libanesas e sírias. A paz podre que Washington pretendia impor naquela região do Médio Oriente sob pressão das armas não vingou; o pretexto apresentado ao povo norte-americano para o brutal dispêndio de verbas e vidas humanas a favor do regime de Gemayel provou a sua falsidade a tal ponto que nem os colaboradores de Reagan se atrevem já a defendê-lo.

Procurando embora compensar a derrota política do seu famoso plano de paz, com a actividade crescente da Sexta Esquadra, Reagan perde apoios diariamente num ano em que todos os apoios lhe são necessários para a tão desejada reeleição.

Quase um ano depois da assinatura do acordo israelo-americano-libanês, que conseguiu no Líbano o actual ocupante da Casa Branca? A morte de centenas de soldados americanos e de milhares de libaneses; o incremento da guerra civil; a desarticulação quase completa do chamado exército regular libanês; o isolamento político e militar de Amin Gemayel; a perda das posições ocupadas pelas forças norte-americanas em Beirute; a revogação unilateral do acordo com Israel; o acentuar das contradições internas do regime sionista; o reforço das posições anti-imperialistas da Síria e a unidade das forças patrióticas libanesas.

É claro que a estratégia imperialista conseguiu forçar a OLP a sair do Líbano. Mas terá sido isso de facto uma vitória, no âmbito dessa mesma estratégia? A verdade é que se esperava que com a saída dos palestinianos, aliados tradicionais das forças patrióticas, o Líbano caísse facilmente no controlo dos pró-imperialistas. Tal não sucedeu.

Cabe pois perguntar: que tem Reagan para apresentar ao eleitorado norte-americano como fruto da sua política de «paz» no Médio Oriente?

Bombardeamentos gratuitos

Um obus de 400 milímetros, pesando mais de uma tonelada, o peso de um automóvel pequeno, pode arrasar uma área de florestas com 200 metros de diâ metro (...) O impacto deixa uma cratera de 15 metros de largura, com 7 metros de profundidade – assim elucidava o «Washington Post» os seus leitores quanto aos efeitos provocados pelos bombardeamentos feitos pelo «New Jersey» aos arredores de Beirute, no início do mês.

Um membro do Pentágono afirmava por outro lado, referindo-se aos ataques dos caças-bombardeiros, que a região atingida «deve ter numerosos buracos... Deve parecer a Lua daquele lado». Se se tiver presente que foram disparados milhares de obuses é possível ficar com uma ideia da destruição provocada pelos Estados Unidos. E os bombardeamentos têm prosseguido, mesmo depois da retirada dos marines para os navios da Sexta Esquadra.

Qual o objectivo? A continuação do apoio a Gemayel? A própria «Associated Press», citando fontes oficiais, revelou há dias que Washington havia decidido suspender o envio de material de guerra para o Líbano «com receio de que as armas (...) caiam nas mãos» dos patriotas.

Perante este reconhecimento do isolamento interno do seu aliado, a continuação dos bombardeamentos revela-se gratuita. A menos que os norte-americanos pretendam desta forma brutal «salvar a face» e minimizar a derrota que representa a sua retirada de Beirute, ou, o que é muito mais grave, procurem forçar as forças sírias a um confronto directo.

A evolução dos acontecimentos no Líbano é imprevisível. O desespero do imperialismo pode levar a situações ainda mais graves que as actuais. E enquanto os acordos não substituem as armas o Líbano continua a sangrar.

Só a agressão israelita, patrocinada pelos Estados Unidos, provocou prejuízos materiais estimados entre 12 e 15 mil milhões de dólares, verba astronómica para um país que não conta com mais de três milhões de habitantes. De então para cá os prejuízos não pararam de crescer.

Quando a guerra chegar ao fim, e a retirada das tropas estrangeiras será um passo importante para isso, o país terá de ser construído de novo. Um trabalho gigantesco que o povo norte-americano deveria ter oportunidade de apreender com tanto realismo como o dos efeitos provocados pelas bombas da Sexta Esquadra, para ganhar plena consciência do que representa a ingerência da Administração que ocupa a Casa Branca.

Resta saber quando esse trabalho de reconstrução nacional poderá começar e que mais destruirão os EUA até lá.

Apesar da destruição, a vida continua no Líbano com a certeza de que o dia da reconstrução está cada vez mais próximo

Bloqueio rodoviário em França

De exigência em exigência patronato deixa cair a máscara

Seis mil camiões (dos 30 mil utilizados no transporte de carga em França, note-se) estiveram em mais de duas centenas de barragens que, ao longo de uma semana, criaram sérios problemas de circulação e económicos em França. Uma acção caracterizada pelo seu carácter antipopular, que prendeu nas estradas dezenas de milhares de famílias que partiam para as tradicionais férias de inverno. Tão antipopular, que a direita preferiu não a assumir abertamente.

Muitos milhares de famílias ficaram «presas» nas estradas, como consequência do boicote

Os factos que pontuam a evolução desta acção provam à saciedade que os seus objectivos estavam bem longe de ter algo a ver com os interesses dos trabalhadores, muito embora tais interesses tenham sido invocados, e se tenha contado mesmo com a participação de alguns trabalhadores do sector rodoviário.

Razões inicialmente invocadas

A acção de bloqueamento das estradas iniciou-se invocando razões sentidas pela generalidade dos camionistas. Mas mesmo essas já viciadas à partida.

Concretamente exigia-se no fundamental a resolução de dois problemas.

• A questão da passagem do túnel do Monte Branco, que se caracteriza por atrasos sensíveis na circulação. Tais atrasos tinham agora sido agravados por diversas causas pontuais: as acções do pequeno patronato de transporte italiano, que pertubaram a passagem dos Alpes, as greves de zelo e às horas extraordinárias dos trabalhadores alfandegários da Itália e França.

Entretanto, a questão do túnel do Monte Branco já se arrasta há 10 anos, e decorriam no momento negociações entre o Ministério dos Transportes e as organizações profissionais, no sentido de encontrar uma solução.

• O segundo problema seria o de eventuais prejuízos provocados pelas greves dos trabalhadores alfandegários franceses e italianos que na verdade reflecte também tendências (óbvias, para o patronato) no sentido de pôr em causa o direito à greve.

Mas também esta razão estava longe de o ser...

Assim, os trabalhadores franceses da alfândega tornaram mais maleáveis as suas formas de luta, quando verificaram a acumulação de camiões, de que poderiam resultar problemas graves. A greve de zelo foi suspensa dia 14. A greve geral da função pública, de dia 16, traduziu-se, na fronteira, numa suspensão dos controlos, pelo que os camiões pesados podiam passar livremente.

Comentando as origens do conflito, o secretário nacional do Sindicato dos trabalhadores alfandegários da CGT, afirmava: *«De início, houve em Itália, de 6 a 8 de Fevereiro, uma greve dos pequenos transportadores, com grande participação. Os transportes rodoviários estrangeiros que encontraram dificuldades na carga e descarga das mercadorias, regressaram à fronteira. Aí viram-se confrontados com a greve dos trabalhadores alfandegários italianos. Na verdade, quando os trabalhadores da Alfândega francesa entraram em acção a 13 de Fevereiro, o bloqueamento já existia. Quando os trabalhadores alfandegários verificaram a existência de estrangulamentos, suspenderam a sua luta, mas então os camionistas já tinham iniciado o bloqueio. Quando se realizou a greve do funcionalismo público, a 16, as Alfândegas estavam por isso mesmo abertas. A passagem estava livre e no entanto foi nesse dia que tudo se agravou. Pelo que a nossa greve não passou de um falso pretexto. A responsabilidade do bloqueamento das estradas cabe totalmente às associações patronais de rodoviária».*

Sempre mais achas para a fogueira

Assim parte-se do aproveitamento de uma situação particular e de velhos problemas em discussão para uma acção mais geral. À medida em que a própria evolução dos factos torna evidente o sentido das razões invocadas, vão-se colocando sempre novas exigências. Desenterram-se questões ligadas à camionagem, e sobre as quais se têm registado negociações e acordos – como a da taxa de gasóleo ou a da tarifa das estradas.

Por cada passo dado no sentido do desbloqueamento da situação, as duas grandes associações patronais de camionagem – a FNTR e a UNOSTRA – avançam novas reivindicações. Mantém-se o bloqueamento das estradas, com crescentes consequências negativas ao nível da economia nacional. A aposta numa tensão crescente é visível. O patrão da FNTR, M. Voiron, chega a ameaçar de que, em caso de intervenção policial *«o país ficará a fogo e sangue»*.

Finalmente-se chega-se à formulação de exigências claramente viradas contra os interesses dos trabalhadores do sector (parcialmente implicados no boicote, pelo engano ou a ameaça de despedimento): a flexibilização de horários.

Comentando a tentativa, ensaiada pelo patronato do sector de camionagem, de aparecer como defendendo também os interesses dos trabalhadores, o secretário do Sindicato CGT de transportes em Rennes, Guy Garnier, diz claramente: *«Quando os oiço pedir maleabilidade de horários, afirmo que é um abuso. Nas empresas de transportes, há ainda quem faça 70, oitenta horas por semana, quando não é mais, no que respeita aos camionistas internacionais. É uma exploração completa. Os patrões da camionagem são os esclavagistas dos nossos tempos. Há entre nós rapazes que fazem 17, 18 horas por dia e isto gratuitamente porque têm um salário mensal fixo e é tudo.»*

Contra os trabalhadores

«Qual é, de facto, o segundo objectivo desta operação política montada contra o governo? É sem dúvida pôr em causa as conquistas dos trabalhadores assalariados, minimizando, recusando aplicar o decreto sobre a regulamentação do tempo de condução assinado em 26 de Janeiro de 1983 e em vigor desde Março desse ano», afirma-se nas páginas do «L'Humanité», órgão central do PCF.

Dentro dos seus objectivos de lucro máximo e de competição com o sector ferroviário, o patronato da camionagem leva a exploração dos trabalhadores do sector até limites em que a lei é declaradamente violada. Assim, 66% dos condutores assalariados ultrapassa as 48 horas de condução por semana, enquanto o poder de compra deste sector de trabalhadores baixou em 1982-83 de 6 a 8%.

Com o movimento desencadeado, e partindo aparentemente da exigência de solução de um problema imediato, o patronato da camionagem chegou, de reivindicação em reivindicação, ao arrepio das propostas governamentais de uma solução, a tentar ainda o agravamento da situação – já difícil – de tabalhadores cujos interesses dizia entretanto representar...

E se tal exigência não foi ouvida, a verdade é que esta acção de bloqueio de estradas teve pelo menos reflexos – negativos – para os trabalhadores de um outro sector: a indústria automóvel. Apressando-se a utilizar o problema de falta de peças e de renovação dos stocks industriais, as administrações de várias empresas, como a Peugeot-Mulhouse e Sochaux, Citroen-Rennes, Talbot-Poissy, trataram de concretizar medidas de desemprego «técnico» vigorosamente contestadas pela CGT.

O boicote das estradas foi suspenso pelas duas grandes associações patronais, quando as barreiras de camiões começavam a sofrer falhas. Dia 1, tiveram início negociações com o governo, que contam com a participação das organizações sindicáis. Pode-se dizer que a parte mais aguda do conflito foi sanada sem que os senhores da camionagem tenham obtido a vitória pretendida.

Fica entretanto a lição de um movimento claramente antipopular em que alguns trabalhadores foram utilizados contra os interesses dos trabalhadores. Um movimento que utilizou questões pontuais ou em vias de solução, para uma acção de desestabilização nacional.

Solidariedade com a América Central tem sede em Lisboa

Mobilizar a opinião pública mundial, de modo a fornecer urgente apoio moral, político e material aos povos da Nicarágua e da América Central, são os objectivos que presidem à realização da Conferência Internacional de Solidariedade que terá lugar em Lisboa de 3 a 6 de Maio próximo.

A decisão foi tomada no passado fim-de-semana, no decorrer da reunião da Comissão Internacional Preparatória da Conferência, que reuniu em Lisboa representantes de 18 organizações não governamentais internacionais e regionais e da Comissão Nacional Portuguesa.

A crítica situação que se vive na América Central, onde a soberania nacional, os processos democráticos e a segurança dos povos são diariamente ameaçados pela ingerência norte-americana, pode degenerar em qualquer altura num conflito de grande envergadura que poria em perigo a paz mundial. A Nicarágua, em particular, vive sob a agressão militar directa e indirecta que a qualquer momento se pode transformar numa invasão em grande escala.

A preocupação com esta situação levou a Comissão Especial dos Direitos do Homem das Organizações Não-Governamentais, aquando das comemorações do 35.º aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem realizadas em Dezembro último em Genebra, a colocar a necessidade e oportunidade de uma Conferência internacional sobre a Nicarágua e a América Central.

A partir de então, representantes de organizações não-governamentais internacionais começaram a trabalhar na iniciativa, escolhendo Lisboa como ponto de encontro devido ao caloroso acolhimento com que as associações cívicas, religiosas e sociais nacionais a receberam.

A profunda solidariedade do Povo português com a luta do povo da Nicarágua que tão heroicamente lutou para se libertar do fascismo e continua a lutar pelo seu direito à independência e soberania nacional, bem como com a luta dos povos da América Central contra a opressão e a exploração, esteve de resto bem patente na sessão de abertura dos trabalhos preparatórios da Conferência, realizada na sexta-feira no Palácio da Independência.

A heterogeneidade dos participantes pôs a tónica na grande unidade que é possível criar em torno de acções de solidariedade deste tipo. Desde dirigentes sindicais e políticos, a representantes de várias correntes religiosas e de opinião, todos foram unânimes em reconhecer que as lutas na América Central radicam nos problemas internos de cada país, onde a exploração se faz sentir há centenas de anos. As aspirações de paz, justiça, liberdade e independência nacionais não podem ser caladas pelas agressões externas, como os Estados Unidos têm pretendido. Constituem antes o denominador comum da luta dos povos latino-americanos, que merece o apoio e solidariedade dos povos de todo o mundo.

A Conferência é promovida pelas seguintes organizações:

** Associação Internacional dos Juristas Democráticos, Comissão das Igrejas para os Assuntos Internacionais do Conselho Mundial das Igrejas, Comissão Internacional de Juristas, Congresso do Povo Árabe, Conselho Internacional do Tratado Índio, Conselho Mundial da Paz, Federação Democrática Internacional das Mulheres, Federação Mundial dos Estudantes Cristãos, Federação Mundial da Juventude Democrática, Federação Sindical Mundial, Frente Continental de Mulheres Contra a Intervenção na América Latina, Liga Internacional das Mulheres para a Paz e Liberdade, Movimento Internacional dos Jovens e Estudantes para a Cooperação com as Nações Unidas, Organização de Solidariedade com os Povos de África, Ásia e América Latina, Organização de Solidariedade com os Povos Afro-Asiáticos, União Internacional de Estudantes, Comissão Nacional Portuguesa.*

Uma solidariedade que ao destacar a Nicarágua mais não faz que salientar o carácter exemplar da Revolução Sandinista. Como afirmou a propósito o representante do Conselho Mundial das Igrejas, Charles Harper, em Lisboa, **a Nicarágua é atacada não porque seja uma ameaça para os Estados Unidos, mas porque representa uma esperança viva para os outros povos da América Central.** A esperança da democracia, da justiça social, da independência nacional.

Impedir a todo o custo a morte de uma tal esperança é uma tarefa que diz respeito a todos.

Os trabalhos preparatórios da Conferência de Solidariedade, agora centrados em Lisboa, deram os primeiros passos para a mobilização necessária e urgente da opinião pública mundial para a grave situação da América Central. Um longo caminho há ainda a percorrer para que em Maio — o mês por excelência dos trabalhadores de todo o mundo — Lisboa esteja à altura de ser de novo a capital da solidariedade.

Um caminho que não será fácil, quer pelas próprias dificuldades internas do país quer pelos obstáculos que as forças reaccionárias não deixarão de colocar (o silêncio dos principais órgãos de comunicação, em particular da RTP, sobre a Conferência, são um exemplo). Mas um caminho que as forças democráticas e patrióticas percorrerão, certas de que a solidariedade com as justas lutas de outros povos é um contributo inestimável para a luta interna pela defesa da democracia e a luta geral dos povos pela paz mundial.

Conferência de Vienciana Vontade de Paz

Realizou-se em Vienciana (Laos), em 28/29 de Janeiro, a oitava Conferência dos Ministros dos Negócios Estrangeiros da República Socialista do Vietnam, República Popular do Kampuchea e República Democrática Popular do Laos. Uma reunião que veio uma vez mais confirmar a vontade de paz, o empenho no estabelecimento de um clima de bom relacionamento entre Estados — numa outra e hoje quase ignorada "zona quente" do mundo — da parte de povos que constroem o socialismo a partir de difíceis condições de atraso, das sequelas de uma prolongada guerra, a que actualmente se somam as provocações organizadas por grupos contra-revolucionários com o apoio de governos reaccionários e do imperialismo.

Os ministros dos Negócios Estrangeiros dos três países da Indochina, propuseram concretamente quatro pontos destinados a sanear a tensão na zona.

1. A assinatura de um **acordo com a ASEAN** (Associação de nações do Sudeste asiático, que reúne as Filipinas, Tailândia, Indonésia, Singapura, Malásia e Brunei), que estabeleça as bases para uma progressiva superação dos desacordos existentes, sujeita a formas internacionais de controlo.

2. Negociações com a Tailândia para **estabelecimento de uma zona de segurança dos dois lados da fronteira entre o Kampuchea e a Tailândia**, também com a garantia de formas de controlo internacional.

3. Negociações com a China, no sentido de afastar definitivamente a ameaça militar chinesa, e acabar com a utilização do território tailandês pelos grupos polpotianos (apoiados pela China) — como condição indispensável para a retirada total das forças vietnamitas no Kampuchea.

4. Negociações globais com todos os países da zona, com base na **retirada total das forças militares estrangeiras no Sudeste asiático.**

Por outro lado os três países da Indochina propuseram-se cooperar com organizações não governamentais norte-americanas, com o objectivo de localizar os americanos desaparecidos no seu território durante a guerra, na condição de o governo norte-americano renunciar à política hostil desenvolvida contra o Vietnam, Laos e Kampuchea. Contactos nesse sentido foram reatados esta semana.

Esta reunião dos países da Indochina, e as propostas avançadas para o saneamento do clima político da zona, não constituem um dado novo. Inserem-se numa política sistemática para tornar possível uma paz estável — base importante para a construção do socialismo.

Alguns passos já foram dados nesse sentido, nomeadamente através de contactos bilaterais — as visitas de dirigentes do Vietnam e do Kampuchea a países da ASEAN, contactos com os seus representantes no Movimento dos Não-Alinhados, encontros regulares entre representantes do Laos e da Tailândia para regularização de problemas fronteiriços.

Os problemas pendentes têm raízes objectivas. Assentam no passado colonial, na participação de países da ASEAN na guerra de agressão dos EUA contra o Vietnam, Laos e Kampuchea, como em acções provocatórias que se desenvolvem na actualidade, e ainda nas diferentes vias de desenvolvimento dos países em causa.

Face a estes problemas, a posição dos países da Indochina é inequívoca: só há um caminho para a sua resolução — a via das negociações.

Por isso a sistemática apresentação de propostas, como as resultantes da recente reunião de Vienciana, e ainda gestos de boa vontade política, como a retirada parcial de tropas vietnamitas de território do Kampuchea, ou a aceitação, por parte do Kampuchea, de ser representado pelo Vietnam e Laos em conversações com os países da ASEAN — para obviar ao obstáculo do não reconhecimento da República Popular do Kampuchea pelos países considerados.

Um conjunto de acções e propostas muito concretas a abrir caminho para a paz possível.